

## NOTÍCIAS E RECENSÕES



### III ENCONTRO DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

(Rio de Janeiro, 21-22 de Outubro de 1996)

Teve lugar, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 21 e 22 de Outubro de 1996, o III Encontro de Paleografia e Diplomática, integrado no XI Congresso Brasileiro de Arquivologia. Contou o mesmo com 80 participantes, entre docentes, alunos e arquivistas. Durante os dois dias foram proferidas 5 conferências e 13 comunicações e o Encontro atingiu um estimável nível científico e participativo. O diálogo ocorria na sala das sessões, mas era sobremaneira animado nos corredores, onde todos os participantes se davam a conhecer e trocavam impressões, sem dúvida uma das mais úteis partes do Encontro.

No primeiro dia, os membros de uma mesa constituída pelo Presidente do Comité de Paleografia e Diplomática, Prof. João Eurípedes Franklin Leal e pelas Dr.<sup>as</sup> Ana Regina, em representação do Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Rita Cácer de Matos, representante do Director do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Gracilda Alves da UFRJ, como uma das organizadoras do Encontro, deram as boas vindas aos comunicantes e participantes, fazendo votos de que o trabalho fosse profícuo.

Logo em seguida deu-se início à primeira conferência, que esteve a meu cargo e tratou de *Os profissionais da escrita: do tabelionato ao ofício de um tabelião (sécs. XIV-XV)*. Nela se traçou primeiro uma síntese sobre a actividade e a projecção sócio-económica dos tabeliães para depois analisar a produção de um deles, apoiando-se a exposição em vários gráficos, documentos — que ilustravam escritas, sinais tabeliônicos, originais ou notas — e ainda em tipologias documentais. Suscitou a mesma um vivo e frutuoso diálogo entre os participantes.

Em seguida foi a vez da Prof. Vânia Leite Fróes apresentar a sua conferência sobre *Um Livro de Horas de D. Fernando*. Trata-se de um manuscrito precioso, existente na Biblioteca do Rio de Janeiro, que a professora enquadrou, cronológica e artisticamente, para depois se deter na análise detalhada do simbolismo das suas iluminuras que ilustram um calendário agrícola. A exposição foi acompanhada de abundante material que reproduzia o manuscrito, o que permitiu uma animada troca de impressões entre o público.

Na primeira parte da tarde assistiu-se a 4 interessantes comunicações. Na primeira a Dr.<sup>a</sup> Lygia Peres, da Universidade Federal Fluminense, estabeleceu uma comparação, sobretudo literária, entre as crônicas do tempo de Henrique IV e as obras dos Reis Católicos, anunciando-se nas primeiras o mau governo régio com funestos presságios que desaparecem nas últimas; depois a Dr.<sup>a</sup> Rosa Duarte, da Universidade Federal Fluminense, deu conta das fontes que servirão de base à sua tese de doutoramento sobre *A Pobreza e a Caridade na zona de Braga nos séculos XIV-XVI*, detendo-se na documentação copiada no *Liber Fidei* da Sé de Braga, nos *Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto* e no *Censual do Cabido do Porto*; por sua vez o Dr. Gilson Reis, da Universidade Federal de Sergipe, falou da documentação jesuítica que se refere a Sergipe, dos finais do século XVI; por fim a Dr.<sup>a</sup> Gracilda Alves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aludiu primeiramente à documentação existente no Arquivo do Rio de Janeiro, para depois se deter na análise de um processo judicial que decorreu entre 1770 e 1773, envolvendo duas vendedoras pretas, que acabaram mesmo por serem acusadas de feiticeiras e, embora se venham a livrar dessa acusação, serão condenadas para evitar os desacatos nas ruas.

Após o debate que se seguiu à apresentação destes trabalhos, houve um intervalo. Para de novo se constituir uma outra mesa, onde mais quatro comunicações foram apresentadas. O Prof. José Maria Egídio Riuz, da Universidad de Córdoba (Argentina), desenhou-nos um quadro evolutivo da Numismática. Por sua vez a Dr.<sup>a</sup> Eneida Richter, da Universidade Federal de Santa Maria, deu-nos a conhecer os registros das Comunidades Evangélicas de Rio Grande do Sul (Agudo e outras), fixando-se, sobremaneira, em três livros de registros de batismos, confirmações, casamentos e óbitos de 1874 a 1942, escritos em alemão. O Prof. Jurandir Campos, da Universidade de Mogi das Cruzes, traçou-nos o panorama do ensino da Paleografia, no Curso de História, nessa Universidade particular, desde o ano de 1992, ensino que esteve a seu cargo e para o qual elaborou mesmo um Album de Paleografia Colonial Brasileira, que se deseja, a breve trecho, publicado. Deu-nos ainda conta dos resultados práticos desse ensino, que se têm materializado em interessantes trabalhos que, sob a sua orientação, vêm sendo elaborados pelos alunos com base na documentação arquivística dos séculos XVII a XIX. Em seguida a Dr.<sup>a</sup> Esther Bertoletti, do Ministério da Cultura, referiu o estado da situação do projecto de recolha da documentação do Brasil Colônia, existente no estrangeiro, que conta já com a microfilmagem de muitos milhares de documentos recolhidos em Portugal, no Arquivo Ultramarino, no Arquivo da Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional, ou nos arquivos de Simancas e Sevilha. O Prof. João Eurípedes Franklin Leal finalizou a sessão com uma lição sobre a escrita e os suportes da escrita, a par dos principais critérios de transcrição documental, que muito diferem dos nossos, por quererem reproduzir todos os sinais abreviativos do texto. O longo dia de trabalho terminou com um diálogo tão interessado que só pelo adiantado da hora se teve de dar por findo.

O dia seguinte abriu com a conferência da Professora da Universidade de Córdoba, na Argentina, Branka Maria Tanodi de Chiapero, que falou sobre *Escrituras e documentos hispano-americanos coloniais*. Apresentou uma introdução sobre a importância dos Arquivos e a evolução da escrita em Espanha e depois na América, particularizando em seguida o caso do arquivo de Córdoba, fundado em 1573. Analisou então a letra processada ou bastarda de vários documentos públicos e particulares, evidenciando depois o aspecto das assinaturas nos documentos e as informações sobre os conhecimentos de escrita e leitura das pessoas, que daí se podiam retirar. Falou também dos mestres de escrita e leitura, salientando que o primeiro que se conhece para Buenos Aires data de 1603 e era procedente de Lamego. Esta conferência foi vivamente discutida.

Seguiu-se, na segunda metade da manhã, a conferência da Prof. Heloísa Belloto, da Universidade de São Paulo, que versou sobre *Diplomática luso-brasileira do século XVIII*. Com uma sólida preparação diplomática esboçou um esquema de tipologia documental, quer descendente (da corte/rei para a colônia) quer ascendente (dos súbditos até à corte), em correlação com uma circulação documental horizontal entre as autoridades pares, fazendo-nos percorrer todos os meandros dos percursos institucionais e da burocracia administrativa. Não menos realçou a problemática do tempo administrativo, ou seja o tempo que medeava desde a promulgação, por exemplo, de uma lei e a sua execução por haver chegado ao destinatário. A segura, viva e clara exposição da Prof. Heloísa Belloto motivou um profundo interesse entre os presentes, que muitas perguntas lhe dirigiram.

Infelizmente, por estarmos de regresso a Portugal, já não pudemos participar na sessão da tarde desse dia, em que numa primeira parte apresentaram comunicações os Drs. Teresa Vitória Alves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Cláudio Carlan, da Universidade Estácio de Sá e Marisa Bottino, da Universidade Federal Fluminense, tendo a jornada terminado com a conferência de encerramento da Prof. Luciana Duranti, da University of British Columbia (Vancouver-Canadá), que dissertou sobre as novas problemáticas e desafios que os meios e a linguagem informática colocam à Diplomática.

Este Encontro incentivou, sem dúvida, os interessados à prossecução dos estudos paleográficos e diplomáticos, e serviu para pôr em comum especialistas e experiências várias, que só enriquecem, no seu todo, os conhecimentos destas ciências a nível mundial.

*Maria Helena da Cruz Coelho*  
(Prof. da Faculdade de Letras de Coimbra)

## COLÓQUIO INTERNACIONAL DA COMISSÃO DE DIPLOMÁTICA

De acordo com o calendário anteriormente fixado, a Comissão Internacional de Diplomática realizou, de 28 de Setembro a 1 de Outubro de 1996, mais um Colóquio Internacional, que, desta vez, teve lugar na cidade alemã de Heidelberg, tendo-se incumbido da organização, modelar e estudada até ao pormenor, o Prof. Hermann Jakobs, da Universidade de Heidelberg.

Nestes Colóquios são tratados sempre temas de grande actualidade no domínio da Diplomática, com a vantagem de que os temas gerais têm sempre uma dimensão internacional, revelando os participantes os aspectos específicos assumidos por cada um desses temas nos países e regiões de origem, sendo possível, assim, ter uma visão global da temática em estudo, nos diversos países ou regiões da Europa, dado que os mapas políticos sofreram profundas transformações no decurso dos séculos.

Neste contexto, para o Colóquio de Heidelberg, foi proposto o seguinte tema geral: *A influência da Chancelaria Pontifícia na documentação europeia*, particularizado depois, segundo os temas sugeridos ou mesmo solicitados aos diversos autores das comunicações a apresentar.

Embora não seja viável nem necessário transcrever aqui todo o programa deste Colóquio, que não hesitamos classificar de muito *importante*, mencionaremos os títulos de alguns estudos apresentados, que melhor ilustrarão o que acabamos de afirmar, optando em relação aos formulados em alemão por oferecer a versão portuguesa, referindo, ao mesmo tempo, os nomes dos autores de forma abreviada.

Assim, na sessão de abertura, P. Rück (Marburg) fez uma sugestiva exposição sobre *A estética da documentação pontifícia altomedieval*; depois, St. Weiss (Augsburgo/Roma) ocupou-se das *Informações dos Legados Pontifícios dos séculos XI e XII*; R. Härtel (Graz) dissertou sobre *A influência da documentação Pontifícia no Patriarcado de Aquileia*; R. Hiestand (Düsseldorf) analisou *A eficiência da chancelaria pontifícia*; W. Koch (Munique) apresentou *A influência da documentação pontifícia sobre a dos Staufen*; na abertura da exposição documental organizada pela Biblioteca da Universidade, J. Dahlhaus (Heidelberg) falou da *Documentação original em coleções de Heidelberg*; M<sup>me</sup> de Hemptinne e W. Prevenier (Gent) desenvolveram *L'influence de la chancellerie pontificale sur les centres de la rédaction ecclésiastique dans les anciens Pays-Bas*; a intervenção de O. Guyotjeannin (Paris) versou sobre *Les traces d'influence pontificale dans les actes royaux et épiscopaux français du XIII<sup>e</sup> au XIV<sup>e</sup> siècle*; D. Puncuh (Génova) tomou um tema mais restrito: *Influsso della cancelleria papale sulla cancelleria arcivescovile genovese; prime indagine*; por sua vez J. Sayers (Londres) apresentou *The influence of papal chancery on english documents 1198-1305*. Deixámos aqui uma amostra de temas tratados por membros da Comissão, de além Pirinéus.

Fixando-nos agora nas contribuições procedentes da Península Ibérica, podemos verificar que a par de temas mais amplos, mas sempre subordinados à temática geral, apareceram também comunicações sobre aspectos técnicos mais específicos. Portugueses participaram no Colóquio apenas dois: J. Marques (Porto), que desenvolveu o tema *L'influence des bulles papales sur les actes portugais au moyen-âge*, M.<sup>a</sup> Cristina Cunha (Porto) que apresentou *Traces de l'influence pontificale dans les documents épiscopaux de Braga (1701-1245)*. De entre os presentes espanhóis, salientamos as seguintes participações: Pilar Ostos Salcedo (Sevilha) — *Tipología documental de la cancelleria catalana y documento pontificio*; Sanz Fuentes (Oviedo) — *Registración en la cancelleria castellana registros pontificios*; Pardo Rodriguez (Sevilha) — *La validación en el documento real de la corona de Castilla y documentación pontificia*,

e, finalmente, Cárcel Ortí (Valência) — *Las tasas episcopales de la curia valentina y el «gratis» en la primera mitad del siglo XV.*

Na apresentação destes títulos, tivemos também a preocupação de representar diversas nações ou, se preferimos, diversas regiões da Europa, porque estes dois factores — temático e geográfico — conjugados contribuirão melhor para acentuar não só a importância do tema do Colóquio, mas também a vitalidade dos estudos de Diplomática em toda a Europa, e se compreender o enorme esforço que, neste domínio, por cá tem feito um pequeno grupo, felizmente, em crescimento, para poder representar Portugal condignamente, nestas reuniões internacionais, devendo, por isso, as Entidades responsáveis pelo patrocínio destas deslocações assumi-las, na esfera da sua competência, com igual dignidade.

Pensamos que o essencial destas reuniões reside no seu conteúdo temático, a que, por isso, demos o necessário relevo. Mas, além disso e da importância da troca directa de informações com outros colegas, há também outros aspectos de ordem estatutária e programática, que vale a pena registar, nomeadamente, a realização da Assembleia Geral dos membros da Comissão, que, desta vez, procedeu, por via electiva, à renovação dos órgãos estatutariamente previstos para a boa condução dos destinos desta Comissão Internacional, e a marcação do Colóquio de 1998, para a cidade de Gent, subordinado ao tema: *A Diplomática Municipal.*

Na sequência deste acto eleitoral, o Secretariado (Bureau) da Comissão Internacional de Diplomática ficou assim constituído:

*Presidente* — Walter Prevenier (Gent)

*Vice-Presidente* — Ivan Hlaváček (Praga)

*Vice-Presidente* — Geoffrey W. S. Barrow (Edimburgo)

*Secretário Geral* — Walter Koch (Munique)

*Secretária Geral Adjunta* — Josefa Sanz Fuentes (Oviedo)

*Tesoureiro* — Théo Kölzer (Bonn)

*Conselheiros:*

Olivier Guyotjeannin (Paris)

Hermann Jakobs (Heidelberg)

Giovanna Nicolaj (Roma)

### VISITA DE ESTUDO REALIZADA NO ÂMBITO DA CADEIRA DE HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA

Integrada no programa didáctico da cadeira de História do Livro e da Leitura, disciplina opcional do Curso de História da FLUP, realizou-se no dia 18 de Abril de 1997 uma viagem de estudo que colocou os alunos da referida cadeira em contacto com três dos principais núcleos bibliográficos reunidos em Portugal ao longo da Época Moderna.

Este “périplo” iniciou-se na Biblioteca da Universidade de Coimbra com uma visita guiada pela Dr.<sup>a</sup> Maria da Graça Pericão à Biblioteca Joanina da Universidade do Mondego. Aí, para lá de uma exposição sobre o contexto histórico em que se materializou uma das nossas jóias da arquitectura de bibliotecas, o grupo de trabalho teve oportunidade de tomar contacto com a múltipla problemática em matéria de conservação das espécies bibliográficas depositadas no magnífico mobiliário barroco que forra o interior da Joanina. As explicações da Dr.<sup>a</sup> Graça Pericão sobre gestão, consulta e arrumação daquela Biblioteca quase nos fizeram viajar no tempo e sentir integrados na vida académica coimbrã do reinado do Magnânimo.

Esta visita à Biblioteca de uma das mais antigas Universidades do mundo, não poderia quedar-se nas explanações sobre aquela jóia da academia coimbrã. Com efeito, foi-nos preparada uma mostra bibliográfica ilustrativa da riqueza da Livraria de Coimbra, depositária de autênticos tesouros bibliográficos acumulados desde 1537, data da Instalação definitiva do Estudo Geral naquela Cidade. De resto, o enriquecimento deste alfobre do saber português perpassou os séculos e beneficiou da séria preocupação do rei D. Sebastião (1579) com a ausência de importantes obras representativas dos vários ramos do saber, dotando por isso a Universidade com clássicos em língua portuguesa e estrangeira, versando história, geografia, filosofia natural e viagens. Para lá dos generosos contributos do renascimento cultural registado no reinado de D. João V, a Livraria de Coimbra cresceu no século passado à custa dos valiosos contributos dos fundos bibliográficos pertencentes aos então extintos mosteiros e conventos. Em 1840, recebeu a quase totalidade da biblioteca que pertenceu a João Pedro Ribeiro e, a política de aquisições ditada pela dinâmica do conhecimento científico nas múltiplas áreas do saber universitário, transformou hoje a Biblioteca da Universidade de Coimbra em ponto de referência obrigatório no labor de estudantes, investigadores, estudiosos e eruditos nacionais e estrangeiros.

Da mostra deste vasto fundo bibliográfico a que aludimos, saiu aos nossos olhos uma Bíblia de 1462; um exemplar do mesmo texto em hebraico, decorado com abundantes motivos micrográficos; um ofício de Nossa Senhora primorosamente iluminado; a primeira edição do Cancioneiro de Resende e um raro exemplar de uma edição de *Os Lusíadas*. Foram mostrados ainda alguns incunábulo ilustrativos da evolução da arte de fabricar os primeiros livros impressos, a par de exemplares muito valiosos do livro manuscrito. A propósito de manuscritos, foi feita ainda uma pomenorizada alusão à valiosa colecção guardada na Biblioteca de Coimbra, composta de miscelâneas de vários autores, genealogias, escritos consagrados à heráldica, excertos poéticos e correspondência diplomática de figuras gradas da História portuguesa como D. Luís da Cunha ou Sebastião José de Carvalho e Melo.

A Livraria do Convento de Maфра foi o segundo ponto que visitámos. Serviu-nos de Guia a Dr.<sup>a</sup> Teresa Amaral Dias, Bibliotecária responsável por aquele acervo. Aí, dada a densidade do plano da visita de estudo, optou-se por uma viagem breve pelos salões do palácio que D. João V mandou erigir para acolher primeiro os Frades



Arrábidos e mais tarde os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Depressa entramos na magnífica sala que os últimos mandaram forrar com belíssimas estantes confeccionadas em madeira do Brasil (1771-1794) a fim de albergarem os cerca de 38000 volumes que se guardam ainda hoje em Maфра. O peso da obra de estanteria em laboriosa talha esbate-se no contraste com o aparelho de cor branca, destinado a receber os contributos dos mestres douradores que, fruto das insuficiências do erário régio não chegaram a trabalhar as estantes desta livraria. Não se perdeu muito, bastam os dourados das lombadas dos livros que a luminosidade do amplo salão enriquece, e os nossos sentidos despertam para o recolhimento e a reflexão no manusear de autênticos tesouros literários que os mais lúcidos espíritos do passado transmitiram à pena e que os prelos perpetuaram. Mas, era uma visita de estudo... Em Maфра, interessava mostrar aos alunos de que forma se organizou a Livraria e, tomando essa organização como ponto de partida, dar-lhes uma ideia de quais as temáticas que davam corpo à árvore do saber em finais do século XVIII. A Dr.<sup>a</sup> Teresa Amaral Dias foi inexcédível na descrição pormenorizada que fez da arrumação temática dos livros de Maфра. Deteve-se em considerandos sobre a predominância do livro religioso, matriz desta livraria, mormente no que toca ao Livro Sagrado. Mas, viajamos também por diversas outras áreas temáticas que prenderam o interesse dos clérigos que habitaram Maфра, ilustrativos do eclectismo cultural do século XVIII. Os livros que os róis expurgatórios da censura da época interditavam, tiveram recanto próprio na livraria de Maфра. Também por aí andámos. Por esta altura, abriu-se o diálogo entre os alunos e a Dr.<sup>a</sup> Teresa Dias que desmistificou o convívio entre os pequenos morcegos e os biblióforos que vivem a par dos livros de Maфра em ecossistema perfeito, bem como a presença de estranhos roedores que poderiam causar dano a tão valioso património. Posto isto, era de esperar que nos servissem as raridades e os tesouros de Maфра no tocante ao livro. Assim aconteceu, a visita terminou com a abertura da caixa forte da Livraria. Mais uma vez saíram ao nosso olhar e ao nosso cuidadoso tacto (assim recomendam as regras de manuseamento do livro antigo) exemplares raros das obras de Virgílio; as *Metamorfoses* de Ovídio; edições raras do nosso poema nacional; livros de horas em várias línguas; um exemplar da primeira edição das obras de Gil Vicente, a par de livraria rara e muito iluminada. Tudo convidava a uma estadia mais demorada na Livraria de Maфра. Percebia-se mesmo alguma frustração por parte da nossa Guia por não podermos ficar mais tempo. Afinal, muito mais haveria para ouvir sobre trabalhos de catalogação em curso, acerca da dinamização de um espaço encerrado ao público durante cerca de 20 anos com forte dano para a cultura nacional, a propósito das condições de conservação da riqueza bibliográfica que os nossos olhos deixavam para trás, mas já nos esparavam na Biblioteca da Ajuda.

Recebeu-nos naquele Palácio o Dr. Cunha Leão, Director da Biblioteca, bem como a Dr.<sup>a</sup> Conceição Geada, Bibliotecária daquele estabelecimento cultural. Após breve troca de palavras de agradecimento por nos terem esperado para lá da hora inicialmente combinada e já depois do horário oficial, iniciou-se a visita aos fundos bibliográficos da Ajuda, guiada pela Dr.<sup>a</sup> Conceição Geada que se referiu à origem do espólio à sua guarda, que integra o que se conseguiu salvar da antiga Livraria da Corte, soterrada pelo terramoto de 1755 sob os escombros do antigo Paço da Ribeira, bem como os livros que lograram escapar ao incêndio que lavrou em 1794 na Real Barraca da Ajuda. Importantes para a constituição do espólio da Biblioteca da Ajuda foram as muitas obras que D. João V adquiriu através das encomendas dirigidas aos seus embaixadores em Londres e Paris, bem como as que regularmente mandava adquirir junto dos livreiros franceses Gendron e Reycende, sediados na capital portuguesa já durante a primeira metade do século XVIII. Foi-nos destacado o fundo reunido por

Manuel Pereira Sampaio representante de Portugal junto da Santa Sé ao tempo do Magnânimo, de quem recebeu indicações para mandar copiar nos arquivos e bibliotecas da Cúria Romana todos os documentos respeitantes a Portugal, originando a colecção *Symmicta Lusitana*. Referenciados foram também os contributos para o enriquecimento da Biblioteca da Ajuda oriundos da Congregação do Oratório (Necessidades), Mesa da Consciência e das Ordens, Desembargo do Paço e Colégio dos Nobres. A visita à Ajuda terminou com referências à importante *Livraria da Música* e com mais uma exposição bibliográfica representativa das várias fases evolutivas do livro manuscrito no que se refere sobretudo à decoração e da transição do livro manuscrito para o livro impresso. Esta mostra serviu para que, em presença de códices representativos dessa evolução (séc. XV e XVI), a Dr.<sup>a</sup> Conceição Geada nos desse uma autêntica lição sobre este tão importante período da História do Livro.

A nossa viagem de estudo terminou no GILL - *Gabinete Interdisciplinar do Livro e da Leitura* de que somos parte e que integra um leque variado de personalidades (bibliotecários, livreiros, professores e investigadores) ligadas pelo gosto dos estudos sobre o livro e a leitura. Este Gabinete constitui actualmente uma unidade de investigação sediada na Universidade Nova de Lisboa dirigida pelo Professor José Esteves Pereira que foi nosso anfitrião. O motivo de mais esta derradeira etapa da jornada foi assistir a uma conferência em que foi orador o Dr. José António Oliveira, membro do GILL e Assistente da Universidade Portucalense, proferida no âmbito das actividades regulares do Gabinete. “*A Paixão pelos livros em D. João de Magalhães e Avelar*” foi mote para uma comunicação em que o conferencista mostrou o seu percurso de investigação no âmbito da História do Livro, materializado na apresentação de resultados promissores para o avanço do conhecimento metodológico e científico nesta área. Seguiu-se um período em que o Orador respondeu a questões colocadas por alguns alunos. No final da sessão foi oferecido aos presentes pelo Professor Esteves Pereira, um exemplar do vol. X da revista “*Cultura - revista de história e teoria das ideias*” número totalmente dedicado à História do Livro e da Leitura, bem como uma tradução da obra “*Diálogos de Amor*” de Leão Hebreu.

Termino esta notícia com uma palavra de agradecimento a todos os que ajudaram na realização desta jornada de trabalho, bem como ao Conselho Directivo da FLUP pelo apoio concedido. Uma palavra de agradecimento especialmente dirigida ao Professor Francisco Ribeiro da Silva que, como responsável pela cadeira objecto da nossa viagem de estudo, incentivou à sua realização e inclusivé nos acompanhou, com sacrifício de outras importantes tarefas da sua actividade, enriquecendo-a com o seu bom conselho e oportunas intervenções no decurso das visitas efectuadas, emprestando a esta missão pedagógica a sua dignidade científica. Também são actos como estes que prestigiam a docência universitária.

António M. de Barros Cardoso

## PROVAS ACADÉMICAS REALIZADAS EM 1996

### MESTRADOS

#### ARQUEOLOGIA

29-01-1996 — Ivone dos Santos Silva Pedro — *O Povoamento Proto-histórico na Região de Viseu*. Júri: Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (arguente), professor catedrático da FLUC, Armando Coelho Ferreira da Silva (presidente e orientador) professor associado da FLUP, Rui Manuel Sobral Centeno, professor associado da FLUP. Muito Bom.

22-03-1996 — José da Silva Ruivo — *Circulação monetária na Estremadura Portuguesa até aos inícios do Séc. III*. Júri: Armando Coelho Ferreira da Silva (presidente), professor associado da FLUP, Maria Paz Garcia Bellido (arguente), Investigadora do Conselho de Investigaciones de Madrid, Rui Manuel Sobral Centeno (orientador), professor associado da FLUP.

10-04-1996 — Pedro Jorge Cardoso de Carvalho — *O Forum de Aeminium*. Júri: Armando Coelho Ferreira da Silva (presidente), professor associado da FLUP, Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (arguente), professor catedrático da FLUC, Rui Manuel Sobral Centeno (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

23-04-1996 — Rui Jorge Zacarias Parreira — *O Conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo) — Contribuição para o registo das antas Portuguesas*. Júri: Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (presidente/arguente), professora associada da FLUP, Primitiva Bueno Ramirez (arguente), Vítor Manuel de Oliveira Jorge (arguente), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

29-04-1996 — Maria Teresa Osório da Costa Pereira Seixas — *Cerâmica Proto-Histórica do Castro do Coto da Pena (Vilarelho, Caminha)*. Júri: João Manuel Peixoto de Cabral (arguente), professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, Armando Coelho Ferreira da Silva (presidente/orientador), professor associado da FLUP, Rui Manuel Sobral Centeno, professor associado da FLUP. Muito Bom.

30-04-1996 — Pedro Manuel Sobral de Carvalho — *A Necrópole Megalítica da Nossa Senhora do Monte (Penedono, Viseu) — Um espaço sagrado pré-histórico na Beira Alta*. Júri: Jorge Oliveira (arguente), professor auxiliar da Universidade de Évora, Vítor Manuel de Oliveira Jorge, professor catedrático da FLUP, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (presidente), professora associada da FLUP. Muito Bom.

30-04-1996 — Luís Filipe Coutinho Lopes Gomes — *Necrópole Megalítica da Lameira de Cima (Penedono, Viseu)*. Júri: Jorge Oliveira (arguente), professor auxiliar da Universidade de Évora, Vítor Manuel de Oliveira Jorge, professor catedrático da FLUP, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (presidente), professora associada da FLUP. Muito Bom.

14-05-1996 — José Marcelo Sanches Mendes Pinto — *Tesouros Monetários Baixo-Imperiais entre Douro, Ave e Tâmega*. Júri: Manuel Abad Varela (arguente), professor Titular da Universidad Nacional de Educacion à Distancia, Armando Coelho Ferreira da Silva (presidente/orientador), professor associado da FLUP, Rui Manuel Sobral Centeno, professor associado da FLUP. Muito Bom.

16-05-1996 — Carla Maria Braz Martins — *A Ourivesaria Protó-Histórica de Portugal — Influências Mediterrânicas*. Júri: Rui Manuel Sobral Centeno (presidente), professor associado da FLUP, António Augusto Tavares (arguente), professor catedrático da FCSHUNL, Armando Coelho Ferreira da Silva (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

24-05-1996 — Orlando Castro Ferreira de Sousa — *Estatuária Antropomórfica Pré e Proto-Histórica do Norte de Portugal*. Júri: D. Antón Rodriguez Casal (arguente), professor titular da Universidade de Santiago de Compostela, Armando Coelho Ferreira da Silva (presidente/orientador), professor associado da FLUP, Rui Manuel Sobral Centeno, professor associado da FLUP. Muito Bom.

27-05-1996 — Iva João da Silva Teles Morais Botelho — *Dos Cacos e dos vasos — o «Castelheiro Velho» de Freixo de Numão, na charneira do III.º/III.º Milénio A.C.. Contributo para o estudo da cerâmica Pré-Histórica de Castelo Velho*. Júri: Maria Manuela dos Reis Martins (arguente), professora associada da Universidade do Minho, Vítor Manuel de Oliveira Jorge (presidente), professor catedrático da FLUP, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (orientadora), professora associada da FLUP. Muito Bom.

28-05-1996 — Luís da Silva Fernandes — *A Presença da Mulher na Epigrafia Romana do Conventus Scallabitanus*. Júri: Rui Manuel Sobral Centeno (presidente), professor associado da FLUP, José Manuel dos Santos Encarnação (arguente), professor catedrático da FLUC, Armando Coelho Ferreira da Silva (arguente/orientador). Muito Bom.

04-06-1996 — Maria José Folgado Lobato — *A Necrópole Romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)*. Júri: Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (arguente), professor catedrático da FLUC, Rui Manuel Sobral Centeno (orientador), professor associado da FLUP, Maria Teresa Cordeiro de Moura Soeiro, professora auxiliar da FLUP. Muito Bom.

07-06-1996 — Ana Cristina Correia Farinha Bernardino de Oliveira — *Contributo para o Estudo da Pré-História recente da Bacia do Curso Médio da Ribeira de Meimosa*. Júri: Raquel Vilaça (arguente), professora auxiliar da FLUC, Susana Maria Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (orientadora) professora associada da FLUP, Maria de Jesus Sanches, professora auxiliar da FLUP. Muito Bom.

11-06-1996 — José Manuel Flores Gomes — *Cidade de Terroso e Vila Mendo — Aspectos da proto-História e Romanização do Litoral Minhoto*. Júri: Fernando Acuña Castroviejo (arguente), professor catedrático da Faculdade de Xeografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Armando Coelho Ferreira da Silva (presidente/orientador), professor associado da FLUP, Rui Manuel Sobral Centeno, professor associado da FLUP. Muito Bom.

11-06-1996 — Gilda Santos Correia Pinto — *A Necrópole de Montes Novos — Croca, um cemitério da Gallecia Tardoromana*. Júri: Fernando Acuña Castroviejo (arguente), professor catedrático da Universidade de Santiago de Compostela, Armando Coelho Ferreira da Silva (presidente), professor associado da FLUP, Rui Manuel Sobral Centeno (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

14-06-1996 — Jorge Adolfo de Meneses Marques — *Sepulturas Escavadas na Rocha na região de Viseu*. Júri: Pedro Ferreira Gomes Barbosa, professor associado FLUCL, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Mário Jorge Lopes Neto Barroca (arguente), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

14-06-1996 — Ricardo Jorge Coelho Marques Abrantes Teixeira — *De Aquae Flaviae a Chaves — Povoamento e Organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Júri: Pedro Ferreira Gomes Barbosa (arguente), professor associado da FLUCL, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Mário Jorge Lopes Neto Barroca, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

18-06-1996 — Sérgio Emanuel Monteiro Rodrigues — *Contribuição para o estudo das indústrias líticas do Vale do Rio Caia (Alto Alentejo — Portugal)*. Júri: José Luís Meireles Batista (arguente), professor auxiliar da Universidade do Minho, Vítor Manuel de Oliveira Jorge (presidente), professor catedrático da FLUP, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (orientadora), professora associada da FLUP. Muito Bom.

18-06-1996 — Ana Maria Mosa Carvalho Dias — *Elementos para o Estudo da sequência estratigráfica e artefactual do Povoado Calcolítico de Santa Vitória*. Júri: José Clemente Martin de La Cruz (arguente), professor catedrático da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Córdova, Vítor Manuel de Oliveira Jorge (presidente), professor catedrático da FLUP, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (orientadora), professora associada da FLUP. Muito Bom.

19-06-1996 — Susana Helena Bastos Correia da Fonseca — *Calcolítico do Sul de Portugal. Estudo de um caso: O Concelho de Cuba*. Júri: José Clemente Martin de La Cruz (arguente), professor catedrático da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Córdova, Vítor Manuel de Oliveira Jorge (presidente), professor catedrático da FLUP, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (orientadora), professora associada da FLUP. Muito Bom.

28-06-1996 — João Carlos Muralha Cardoso — *Materiais líticos e cerâmicas de Castelo Velho de Freixo de Numão. Continuidades e descontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*. Júri: Vítor Manuel de Oliveira Jorge (presidente/arguente), professor catedrático da FLUP, Maria Manuela dos Reis Martins (arguente), professora associada da Universidade do Minho, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (arguente/orientadora), professora associada da FLUP. Muito Bom.

15-07-1996 — João Manuel Viana Antunes — *Obras Militares do Alto Minho: A Costa Atlântica e a Raia ao Serviço das Guerras da Restauração*. Júri: Armando Coelho Ferreira da Silva (presidente/arguente) professor associado da FLUP, Rafael

Faria Domingues Moreira (arguente), professor associado da FCSHUNL, Vítor Manuel de Oliveira Jorge (arguente/orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

17-07-1996 — Ana Isabel de Sá Caessa — *A Ordo Decurionum na epigrafia da Lusitânia e da Gallaecia*. Júri: Rui Manuel Sobral Centeno (presidente), professor associado da FLUP, José Manuel dos Santos Encarnação (arguente), professor catedrático da FLUC, Armando Coelho Ferreira da Silva (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

15-11-1996 — Cristina Maria Costa Silva — *O Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no Quadro do Povoamento da 2.ª Metade do III.º Milénio A.C./1.ª metade do II.º milénio A.C. no Concelho de Vila Nova Foz Côa*. Júri: Vítor Manuel de Oliveira Jorge (presidente/arguente), professor catedrático da FLUP, Maria Manuel dos Reis Martins (arguente), professora associada da Universidade do Minho, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge (arguente/orientadoras), professora associada da FLUP. Muito Bom.

#### HISTÓRIA DA ARTE

04-06-1996 — Luís Alexandre Rodrigues — *Bragança no Século XVII. Urbanismo. Arquitectura*. Júri: Nelson Correia Borges (arguente), professor auxiliar da FLUC, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (presidente), professor catedrático da FLUP, Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

15-07-1996 — Joaquim Alves Vinhas — *A igreja e o Convento de Vilar de Frades — Das origens da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista (Loios) à Extinção do Convento. 1425-1834*. Júri: Nelson Correia Borges (arguente), professor auxiliar da FLUC, Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves (orientador), professor associado da FLUP, Agostinho Rui Marques de Araújo (presidente), professor associado da FLUP. Muito Bom.

25-07-1996 — Maria Luísa Gonçalves Reis Lima — *A Renovação estética da Igreja do Bom Jesus do Monte na época contemporânea*. Júri: Maria Regina Teixeira Anacleto (arguente), professora auxiliar da FLUC, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves (orientadora), professora associada da FLUP, Agostinho Rui Marques de Araújo (presidente), professor associado da FLUP. Muito Bom.

13-11-1996 — Alexandra Trevisan da Silveira Pacheco — *A Arquitectura, Artes Déco no Porto*. Júri: Margarida Maria Accianoli Homem de Campos Tavares Brito (arguente), professora associada FCSHUNL, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves (presidente), professora associada da FLUP, António Cardoso Pinheiro de Carvalho (orientador), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

27-11-1996 — Maria Manuela Martins Soares Antunes — *Jardins do Porto de Oitocentos: Percursos, Tipologias e Persistências*. Júri: Aurora da Conceição Parreira Carapinha (arguente), professora auxiliar da Universidade de Évora, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves (presidente), professora associada da FLUP, António Cardoso Pinheiro de Carvalho (orientador), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

## HISTÓRIA MEDIEVAL

29-01-1996 — António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos — *A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média — Espiritualidade, normativa e prática*. Júri: Aires Augusto do Nascimento, professor catedrático da FLUL, Luís Alberto Adão da Fonseca (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, José Adriano Moreira de Freitas Carvalho (arguente), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

30-01-1996 — Maria Joana Corte-Real Lencart e Silva — *O Costumieiro de Pombeiro — Uma Comunidade Benedita no século XIII*. Júri: Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente), professor catedrático da FLUP, Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), professora catedrática FLUC, José Marques (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

06-02-1996 — José António de Jesus Martins — *Lagos Medieval*. Júri: João de Silva de Sousa (arguente), professor auxiliar da FCSHUNL, Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

13-02-1996 — Albertina da Conceição Machado da Silva Barbosa — *Capelas e Aniversários do Mosteiro de S. Domingos do Porto no século XV*. Júri: Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Maria José Azevedo Santos (arguente), professora associada da FLUC, José Marques, professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

28-02-1996 — Vítor Rui Gomes Teixeira — *O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português na Baixa Idade Média*. Júri: Maria Idalina Cobra Pereira Resina Rodrigues (arguente), professora catedrática FLUL, Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente), professor catedrático da FLUP, José Adriano Moreira de Freitas Carvalho (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

29-02-1996 — Helena Maria Machado Cerejo — *O Comércio e os Mercadores Portuenses (1383-1470)*. Júri: Joaquim Veríssimo Serrão (arguente), professor catedrático da UCL, Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, José Marques, professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

06-03-1996 — Maria da Luz de Oliveira Barbosa Ferreira de Barros — *As Aposentadorias no Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira Interior (século XIV-XV)*. Júri: Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente/orientador/arguente), professor catedrático da FLUP, Iria Vicente Gonçalves (arguente) professora associada da FCSHUNL, Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte (arguente), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

16-05-1996 — Carla Maria de Sousa Amorim Teixeira — *Moralidades e Costumes na Sociedade de Além-Douro: 1433-1521 (a partir das Legitimações)*. Júri: Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente/arguente), professor catedrático da FLUP, Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes (arguente), professora associada da FLUL, José Marques (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

30-05-1996 — Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco — *O Couto de S.<sup>to</sup> Tirso (1432-1516): Antrioponímia e Sociedade*. Júri: Ermelindo Portela Silva

(arguente), professor catedrático da Universidade de Santiago de Compostela, Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente) professor catedrático da FLUP, Armindo de Sousa (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

30-05-1996 — Arnaldo Azevedo de Sousa Melo — *O Couto de S.<sup>to</sup> Tirso (1432-1516): Espaço e Economia*. Júri: Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), professora catedrática FLUC, Armindo de Sousa (presidente/orientador), professor associado da FLUP, Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

18-06-1996 — Fernando Carlos Rodrigues Martins — *A Colegiada de S.<sup>ta</sup> Cruz do Castelo e a Capela de D. Isabel de Sousa*. Júri: Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues (arguente), professora auxiliar da Universidade do Minho, José Marques (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, professor associado da FLUP. Muito Bom.

23-07-1996 — Ana Paula Pereira Godinho de Almeida — *A Chancelaria Régia e os seus Oficiais em 1462*. Júri: Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente), professor catedrático da FLUP, Maria José Azevedo Santos (arguente), professora associada da FLUC, Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

23-07-1996 — Armando Paulo Carvalho Borlido — *A Chancelaria Régia e os seus Oficiais em 1463*. Júri: Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente/arguente), professor catedrático da FLUP, Maria José Azevedo Santos (arguente), professora associada da FLUC, Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

26-07-1996 — Filomena Raquel Guerra dos Reis Teles da Rocha — *O Porto e o Poder Central na Segunda Metade do Século XV (estudo e publicação dos capítulos especiais da cidade)*. Júri: Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente), professor catedrático da FLUP, Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues (arguente), professora auxiliar da Universidade do Minho, Armindo de Sousa (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

29-07-1996 — Sónia Maria de Sousa Amorim Teixeira — *A Vida Privada entre Douro e Tejo: Estudo das Legitimações (1433-1521)*. Júri: Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (presidente/arguente), professor associado da FLUP, Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha Beirante (arguente), professora auxiliar da FCSHUNL, José Marques (arguente/orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

30-07-1996 — Maria Angelina de Castro Mendes Pinho Brandão — *D. Jorge da Costa na Arquidiocese de Braga (1486-1501)*. Júri: Maria Teresa Nobre Veloso (arguente), professora associada da FLUC, Humberto Carlos Baquero Moreno (presidente), professor catedrático da FLUP, José Marques (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

#### HISTÓRIA MODERNA

17-01-1996 — Joaquim Manuel Mendes Moreira — *Origens do Episcopado em Portugal — o despertar da Igreja Lusitana (1839-1899)*. Júri: Luís António de



Oliveira Ramos (presidente), professor catedrático da FLUP, François Guichard (arguente), professor da Université Bordeaux III, João Francisco Marques (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

02-02-1996 — Maria José de Faria Lagoá Coelho Morais — *O Ensino Profissional no século XVIII. O Exemplo do Porto*. Júri: Luís António de Oliveira Ramos (presidente), professor catedrático da FLUP, José Viriato Eiras Capela (arguente), professor associado da FLUP, Francisco Ribeiro da Silva (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

09-02-1996 — Maria Cecília Batista Nunes Rodrigues e Sousa Reis — *Entre as Fragâncias do Vinho do Porto e as Tentações do Ouro Brasileiro (1739-1777)*. Júri: António Borges Coelho (arguente), professor catedrático da FLUL, Eugénio Francisco dos Santos (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea, professora associada da DLUP. Muito Bom.

01-04-1996 — Maria Elvira do Couto Rodrigues Castanheira — *O Jornal da Associação Industrial Portuense — Contributos para o Estudo do Publicismo Tecnológico no Século XIX (1822-1864)*. Júri: Fátima Nunes (arguente), professora auxiliar da Universidade de Évora, Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Jorge Fernandes Alves, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

01-04-1996 — Maria José Ferreira dos Santos — *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII-XIX)*. Júri: José Maria Amado Mendes (arguente), professor catedrático da FLUC, Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Gaspar Manuel Martins Pereira, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

02-04-1996 — Eurico Manuel Barreiro Nabiço da Rocha — *Manuel Consciência: A Pedagogia do Púlpito e da Pena*. Júri: Eugénio Francisco dos Santos (presidente), professor catedrático da FLUP, Manuel Augusto Rodrigues (arguente), professor catedrático da FLUC, Francisco Ribeiro da Silva (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

11-04-1996 — Fernanda Maria Pereira Sampaio — *Correntes de Pensamento na Imprensa Portuguesa (1800-1807)*. Júri: Zília Osório de Castro (arguente), professora associada da FCSHUNL, Luís António de Oliveira Ramos (presidente), prof. catedrático da FLUP, Francisco Ribeiro da Silva (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

15-04-1996 — Manuel Pires Ribeiro — *A Associação Industrial Portuense através de O Trabalho Nacional*. Júri: Miriam Halpern Pereira (arguente), professora catedrática do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa, Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Jorge Fernandes Alves, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

30-04-1996 — Narciso Paulo Ferreira de Oliveira — *Alfredo Henrique da Silva — Evangelizador de Acção e Cidadão do Mundo*. Júri: François Guichard (arguente), professor da Université de Bordeaux III, Luís António de Oliveira Ramos (presidente),

professor catedrático da FLUP, João Francisco Marques (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

02-05-1996 — Pedro Almiro Neves — *A Escolarização dos Saberes Elementares em Portugal nos Finais do antigo Regime — Matérias, Manuais e Métodos de Ensino (1772-1820)*. Júri: Luís Manuel Reis Torgal (arguente), professor catedrático da FLUC, Luís António de Oliveira Ramos (presidente), professor catedrático da FLUP, Francisco Ribeiro da Silva (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

06-05-1996 — Paula Guilhermina de Carvalho Fernandes — *Trabalho e Habitação no Porto Oitocentista (1832-1833). O Bairro de Santa Catarina durante o cerco do Porto*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), professor catedrático da FCSHUNL, Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Jorge Fernandes Alves, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

06-05-1996 — Geralda Maria Marques Ferreira dos Santos — *População e Economia na Cidade de Penafiel nos Finais do Antigo Regime — 1785-1807*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), professor catedrático da FCSHUNL, Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Henrique Manuel Pebre Rodrigues David, Professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

03-06-1996 — Sílvia Regina de Pinho Martins — *A Polémica entre Miguel Bombarda e M. Fernandes Santana (No contexto do século XIX Português)*. Júri: Francisco Ribeiro da Silva (presidente), professor catedrático da FLUP, José Esteves Pereira (arguente), professor catedrático da FCSHUNL, João Francisco Marques (arguente/orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

25-06-1996 — Elisabete Marinho de Araújo — *A Criança e a Educação Doméstica no século XVIII*. Júri: Luís António de Oliveira Ramos (presidente), professor catedrático da FLUP, Maria Helena Carvalho dos Santos (arguente), professora auxiliar da FCSHUNL, Francisco Ribeiro da Silva (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

01-07-1996 — Cristina Maria Ferreira da Costa Ribeiro Maia — *A Livraria da Congregação do Oratório do Porto (1765)*. Júri: João Francisco Marques (presidente), professor catedrático da FLUP, José Esteves Pereira (arguente), professor catedrático da FCSHUNL, Francisco Ribeiro da Silva (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

08-07-1996 — Isabel Maria Murta Vilas-Boas — *Movimento Comercial da Barra do Douro através dos documentos da portagem e da redízima — 1801-1815*. Júri: David Justino (arguente), professor associado da FCSHUNL, Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Francisco Ribeiro da Silva, professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

09-07-1996 — Maria de Fátima Isidro Martins Gomes — *Temendo a morte. Alguns aspectos da vida em Gondomar, 1834-1893. Freguesias de Fânzeres, S. Cosme, S. Pedro da Cova, Rio Tinto e Valbom*. Júri: Elvira Cunha Azevedo Silva Mea

(presidente), professora associada da FLUP, Fernando José de Almeida Catroga (arguente), professor associado da FLUC, João Francisco Marques (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

18-07-1996 — António de Seixas Nery — *O Cabido de Viseu nos inícios da Idade Moderna. Senhorio e Rendas (1400-1500)*. Júri: Aurélio de Araújo Oliveira (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, José Maria Amado Mendes, professor catedrático da FLUC, Eugénio Francisco dos Santos (arguente), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

30-07-1996 — Joaquim Fernandes da Conceição — *Espiritualidade e Religiosidade no Portugal Moderno — o Agiologio Lusitano do Padre Jorge Cardoso*. Júri: Francisco Ribeiro da Silva (presidente/arguente), professor catedrático da FLUC, João Francisco Marques (arguente/orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

28-11-1996 — Gracinda Freire Proença Santo Paulino — *Rotina e Percalços no Consulado Geral — Rio de Janeiro (1840-1889)*. Júri: João Francisco Marques (presidente), professor catedrático da FLUP, António Pedro de Araújo Pires Vicente (arguente), professor catedrático da FCSHUNL, Luís António de Oliveira Ramos (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

06-12-1996 — Maria Teresa Furtado da Rocha Guimarães — *As Toleradas em Vila Real nos finais do século XIX*. Júri: Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), professor catedrático da FCSHUNL, Henrique Manuel Pebre Rodrigues David, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

06-12-1996 — Precília da Conceição Pinto Rodrigues — *As crises de Mortalidade na Freguesia de Campanhã (1790-1900)*. Júri: Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (arguente), professor catedrático da FCSHUNL, Francisco Ribeiro da Silva professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

23-12-1996 — Maria Delfina do Rio Ferreira — *Das Minas Gerais a Mato Grosso. Génese, evolução e consolidação de uma capitania. A acção de Caetano Pinto de Miranda Montenegro*. Júri: João Francisco Marques (presidente), professor catedrático da FLUP, Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim (arguente), professora associada da Universidade do Minho, Eugénio Francisco dos Santos (arguente/orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

23-12-1996 — José Moreira Cardoso — *A Empresa Inaciana e a Edificação da Brasilândia*. Júri: João Francisco Marques (presidente), professor catedrático da FLUP, Maria Benedita Araújo (arguente), professora associada da FLCL, Eugénio Francisco dos Santos (arguente/orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

#### HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

06-12-1996 — Maria Adelina Azevedo Piloto Costa — *Os Expostos da Roda de Vila do Conde 1835-1854*. Júri: Fernando Alberto Pereira de Sousa (presidente/orientador), professor catedrático da FLUP, Joaquim Manuel Pantoja Nazareth

(arguente), professor catedrático da FCSHUNL, Jorge Fernandes Alves, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

### DOUTORAMENTOS EM:

#### ARQUITECTURA E ARQUEOLOGIA

26-03-1996 — Mário Jorge Lopes Neto Barroca — *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Júri: José Manuel dos Santos Encarnação (arguente), professor catedrático da FLUC, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (arguente), professor catedrático da FLUP, Armando Coelho Ferreira da Silva, professor associado da FLUP, Rui Manuel Sobral Centeno, professor associado da FLUP, Maria Teresa Cordeiro de Moura Soeiro, professora auxiliar da FLUP. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade.

#### HISTÓRIA DA ARTE

24-04-1996 — Lúcia Maria Cardoso Rosas — *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval — património e restauro (1835-1928)*. Júri: Artur Nobre de Gusmão, professor catedrático jubilado da UNL, António Pedro de Machado Dias, professor catedrático da FLUC, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (arguente), professor catedrático da FLUP, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira Alves, professora associada da FLUP, Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves, professor associado da FLUP, Agostinho Rui Marques de Araújo (arguente), professor associado da FLUP. Aprovada com distinção e louvor por unanimidade.

#### HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA

27-02-1996 — Celso Silva Fonseca — *A Centralização Monárquica Portuguesa (1439-1945)*. Júri: Maria Helena da Cruz Coelho (arguente), professora catedrática da FLUC, Leontina Domingos Ventura, Professora auxiliar da FLUC, Humberto Carlos Baquero Moreno (arguente), professor catedrático da FLUP, Jósé Marques, professor catedrático da FLUP, Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, professor associado da FLUP, Armindo de Sousa, professor associado da FLUP, Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, professor auxiliar da FLUP. Aprovado com distinção por unanimidade.

#### HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

13-05-1996 — Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira — *A Questão Ibérica — Imprensa e Opinião (1850-1870)*. Júri: Pilar Vasquez Cuesta (arguente), professora catedrática da Universidade de Santiago de Compostela, Fernando Alberto Pereira de Sousa (arguente), professor catedrático da FLUP, Luís António de Oliveira Ramos, professor catedrático da FLUP, Eugénio Francisco dos Santos, professor catedrático da FLUP, João Francisco Marques, professor catedrático da FLUP. Aprovada com distinção e louvor por unanimidade.

28-11-1996 — Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão Silva — *Aveiro e a sua provedoria no Século XVIII (1690-1814) — Estudo económico de um espaço histórico*. Júri: António de Oliveira, professor catedrático da FLUC, António Pedro Araújo Pires Vicente, professor catedrático da FCSHUNL, Luís António de Oliveira Ramos (arguente), professor catedrático da FLUP, Cândido Augusto Dias dos Santos (arguente), professor

catedrático da FLUP, Eugénio Francisco dos Santos, professor catedrático da FLUP. Aprovada com distinção e louvor por unanimidade.

### AGREGAÇÕES EM:

#### HISTÓRIA

04-05-11-1996 — Rui Manuel Sobral Centeno, — *O Desenvolvimento Urbano de Roma (lição de síntese)*. Júri: Jorge Nogueira Lobo Alarcão e Silva (arguente), professor catedrático da FLUC, Fernando Acuña Castroviejo (arguente), professor catedrático da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Humberto Carlos Baquero Moreno, professor catedrático da FLUP, Luís António de Oliveira Ramos, professor catedrático da FLUP, Cândido Augusto Dias dos Santos, professor catedrático da FLUP, Francisco Alberto Fortunato Queirós, professor catedrático da FLUP, Luís Alberto Adão da Fonseca, professor catedrático da FLUP, Aurélio de Araújo Oliveira, professor catedrático da FLUP, José Marques, professor catedrático da FLUP, Vítor Manuel de Oliveira Jorge (arguente), professor catedrático da FLUP, João Francisco Marques, professor catedrático da FLUP, Francisco Ribeiro da Silva, professor catedrático da FLUP. Aprovado por unanimidade.

04-05-11-1996 — Joaquim Jaime Barros Ferreira Alves — *As obras na Sé do Porto (1717-1741). O novo formulário estético e a sua influência na arquitectura da cidade*. Júri: António Pedro Machado Gonçalves Dias (arguente), professor catedrático da FLUC, José Eduardo Capa Horta Correira (arguente), professor catedrático da FCSHUNL, Humberto Carlos Baquero Moreno, professor catedrático da FLUP, Luís António de Oliveira Ramos, professor catedrático da FLUP, Cândido Augusto Dias dos Santos, professor catedrático da FLUP, Eugénio Francisco dos Santos, professor catedrático da FLUP, Fernando Alberto Pereira de Sousa, professor catedrático da FLUP, Francisco Alberto Fortunato Queirós, professor catedrático da FLUP, Luís Alberto Adão da Fonseca, professor catedrático da FLUP, Aurélio de Araújo Oliveira (arguente), professor catedrático da FLUP, José Marques, professor catedrático da FLUP, Vítor Manuel de Oliveira Jorge, professor catedrático da FLUP, João Francisco Marques, professor catedrático da FLUP, Francisco Ribeiro da Silva, professor catedrático da FLUP. Aprovado por unanimidade.

CASTELNUOVO, Guido — *Ufficiali e Gentiluomini. La società sabauda nel tardo medioevo*, Milão, Franco angeli, 1994.

*Ufficiali e Gentiluomini. La società sabauda nel tardo medioevo* pretende dar uma visão da sociedade política tardo medieval no Principado da Saboia. Objectivo amplamente conseguido através de uma obra de agradável leitura onde, não raro, o leitor se surpreende pela invulgaridade e originalidade. Invulgaridade exemplificada pela realidade política da região quando comparada com os casos da França e Inglaterra. Casos estes paradigmáticos e de fácil generalização. Atitude que já têm custado aos pequenos Estados (v.g. Portugal) o estatuto de marginalidade face à «Europa».

Possivelmente ciente do peso, neste caso historiográfico, da França e da Inglaterra, Castelnuovo abre as primeiras páginas da sua introdução com um balanço do que se tem escrito sobre a evolução política daqueles Estados e da Itália. No caso da Itália, a «originalidade» tende a aumentar devido a uma realidade política que se estrutura em torno de núcleos distintos: cidades, repúblicas e principados. Quanto ao caso da Saboia, com propriedade o autor assinala que: «...diventa assai difficile dividere il principato in centri e periferie»<sup>1</sup>.

A indefinição fronteiriça é outra característica a reter, e que se torna um pouco desagradável para o leitor que gosta de visualizar o país sobre o qual se escreve. Como que a adivinhar esta dificuldade, todo o segundo capítulo caracteriza a expansão territorial do principado. Até porque, quanto mais não fosse, seria impossível justificar a evolução das estruturas administrativas ignorando essa expansão. É dada particular atenção à relação mantida pelos príncipes da Saboia com os grandes senhores, e aos meios pelos quais conseguiram controlar todo o território. Fica claro que este controlo se consolidou através de um longo processo entre a governação de Amadeu VI (1343-1383) e a de Amadeu VIII (1391-1451). Expansão feita à custa de conquistas (ex. País de Gex) ou de compras (ex. Vaud).

Num processo de controlo territorial em que «...*ufficiali, comunità e vassalli detentori di poteri signorile rimaranno (...) i tre solidi pilastri...*»<sup>2</sup>, nos quais se apoiarão os duques da Saboia.

A concorrência pelo controlo político não era apenas interna; durante o período de regência, ocasionado pela morte de Amadeu VII (1391), a tutela do futuro Amadeu VIII foi disputada pelos grandes de França: os duques de Berry, Orleães, Bourbon e Borgonha.

O controlo político (v.g. territorial), definitivamente estabelecido por Amadeu VIII e Ludovico (1439), conseguiu-se pelo uso de um conjunto de «*instrumentos de controlo*», a saber: a instituição de uma administração central/territorial, a formação de um exército nacional, o uso de ligações feudo-vassálicas e o controlo das querelas privadas. Vale a pena lembrar que este último meio de controlo foi no nosso País utilizado com iguais objectivos.

A listagem, feita pelo autor, destes «instrumentos de controlo» é curiosa, no sentido em que nela coabitam realidades aparentemente contraditórias. Tal é o caso da crescente importância de um exército «nacional» num país vincadamente feudal, onde o rei faz uso deste tipo de relações ao mesmo tempo que refreia as vindictas particulares. A apresentação destes mecanismos constitui a segunda parte da *introdução*.

Contabilizando, numa obra de 372 páginas 98 são de uma introdução preocupada

<sup>1</sup> *Ufficiali e Gentiluomini*, pág. 64.

<sup>2</sup> *Ob. cit.*, pág. 61.

em clarificar duas ideias: a influência do paradigma francês e inglês e a idiossincrasia — política e geográfica — do principado da Saboia.

A obra prossegue com três grandes partes: I — A norma administrativa, II — Fisionomia da administração e III — Oficiais e território.

A questão central parece agora ser a das relações existentes entre um pólo organizador do poder político e a sua periferia. Relações caracterizadas pela dificuldade do poder «central» em impor-se a outras forças políticas, como deixam antever as seguintes palavras: «*Questi ultimi* (cargos locais) *prossegono infatti una vitalita che permette loro di contrattare con gli apparati centrali forme di raccordo che lasciano un'ampia autonomia delle strutture territoriali*»<sup>3</sup>.

Este panorama não se distancia muito daquilo que se passava no resto da Europa. Do que se distancia é da ideia, ainda em voga em alguns meios historiográficos, de um poder central a impor-se a uma periferia. Na realidade, o que existe são tentativas de um dos poderes centrais dominar os restantes, num processo que acabamos por associar ao do confronto entre o rei e os grandes senhores. Que o monarca assim procedeu, não duvidamos; do que devemos duvidar é da ideia de que a sua estratégia foi a de ignorar as outras forças concorrentes. Se a Inglaterra nos pode servir de paradigma é exactamente para provar o que acabamos de escrever. Quando Ricardo III é derrotado em Bosward e deposto, é porque ignorou os grandes senhores e não fez uso da influência destes. O fulcro de todo o processo está precisamente na capacidade do monarca em utilizar a influência e o poder daqueles que com ele rivalizam e, conseqüentemente, se impõem a nível local.

Vale a pena lembrar a recente publicação de uma obra cujo tema anda precisamente à volta do modo como o monarca usou em seu proveito a influência dos que o rodeavam e como estes também tiraram partido dessa proximidade; referimo-nos ao livro de Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*<sup>4</sup>.

No caso da Saboia, este aproveitar dos poderes locais foi essencial porque, dada a heterogeneidade geográfica-política, o rei encontrou dificuldades maiores que os monarcas de outros reinos, como Portugal, por exemplo. Na Saboia, a própria acção dos príncipes dificultava a emergência de um poder central forte, como demonstra a criação de diversos Conselhos com prerrogativas paralelas e concorrenciais. São exemplo: o *Conselho do Genovese*, aparecido por ocasião da criação do apanágio do Genovese a favor do filho de Amadeu VIII; e o *Conselho Cismontino* quando da anexação da Accaia (1419). Entre 1447 e 1450 funcionaram simultaneamente cinco Conselhos. Esta multiplicação não era o único entrave à «modernidade» estatal: a referida diversidade geográfica pesava, mesmo quando não consubstanciada no aparecimento de um novo Conselho. O caso do Piemonte era singular, com uma autonomia económica e cultural.

Por tudo isto, o príncipe tinha de fazer uso dos seus «*gentiluomini*» e seus agentes locais; assinala o autor que se podem considerar hierarquias de poder paralelo a três níveis: territorial (*dominus loci*), de serviço (*officium*) e da Corte, e do Conselho régio (favoritos).

Ao descrever o funcionamento dos «departamentos centrais» (*Consilium cum dominio residens*, *Conselho de Chambery*, *Chancelaria*, *Câmara das Contas*), somos surpreendidos com o que nesta região se passava. Segundo Castelnuovo, os «secretários» (*segretari*) da Chancelaria não eram oficiais régios propriamente ditos, não possuíam

<sup>3</sup> *Ob. cit.*, pág. 100.

<sup>4</sup> Lisboa, Difel, 1995.

um *cursus honorum* e eram pagos ao acto; o que é curioso, por serem estes «a coluna vertebral da administração central» e ser um período de crescente importância da escrita. Por isso conclui o autor que: «...vista da vicino questa colona perde tuttavia consistenza: sono ufficiali privi di uffici...»<sup>5</sup>. O único exemplo de «modernidade» entre o oficialato é o da Câmara dos Contos — com um estatuto definido, um local fixo de trabalho e um pessoal especializado; excepção prontamente assinalada como «*paradigma isolado*».

Questão importante é a da ligação institucional com o território. Esta era mantida através dos Castelãos e dos Bailios, possuindo a Saboia 150 castelanismos. Daí que o subtítulo «*desenvolvimentos e limites da codificação administrativa*» apenas ocupe três páginas, contra os amplos capítulos que tratam do fenómeno da Castelaniam.

Após a publicação de trabalhos sobre a influência da Cidade, da Igreja, ou da Fiscalidade na formação dos Estados Medievais<sup>6</sup> vemos agora que, paradoxalmente, também a Castelaniam teve a sua importância.

A segunda parte da obra explora o tópico do oficialato régio quanto aos seus modos de recrutamento e o papel dos «*administradores locais*». Continuamos a sentir o peso da sociedade local na sua relação com os órgãos de poder mais centralizados. O funcionamento dos Conselhos e a escolha dos que neles se sentam depende das vicissitudes regionais. Quando o Viennois passa para o Delfinado, os conselheiros do *Consilium cum residens* desta região dão lugar aos do Genovês e do Piemonte, recentemente adquiridos. Obviamente, bizarro era terem assento nestes Conselhos homens de regiões não pertencentes à Saboia. O que importa salientar é que esta indefinição fronteiriça em nada ajudou o surgir de estruturas administrativas e burocráticas estáveis e, conseqüentemente, a consolidação política. Além da distinção entre conselheiros de origem geográfica diversa, estes diferenciavam-se por determinadas qualidades. Os homens de algumas regiões recém-adquiridas (ex. Piemonte) eram peritos em direito e finanças, contrastando com os membros das *élites* senhoriais das regiões há já muito conquistadas. Os Grimaldi, oriundos do Nizzardo, ostentam as mesmas qualidades. Agora a «modernidade» traduz-se na oposição letrados/laicos *versus* nobreza tradicional/clérigos, com uma correspondência geográfica entre regiões tradicionais e regiões recentes.

Castelnuovo ensaia uma contabilização deste fenómeno pela análise das linhagens presentes no Conselho régio entre 1355 e 1442, concluindo que o «*núcleo duro do Conselho parecia ser formado pelos mais fortes e fiéis vassallos regionais da Saboia*». A «modernidade» parece pois comprometida.

O estudo de Castelnuovo possui todas as características de um bom filme de *suspense*, em que o confronto das personagens é arrastado até ao final sem se saber qual o desfecho. Mesmo nos últimos momentos, no caso a página 334, a incerteza continua: «*La storia sociale dell'amministrazione sabauda tardomedievale è anche la storia di reiterati tentativi per raggiungere un equilibrio, seppur provvisorio, fra la crescita degli apparati, la persistente centralità politica dei gruppi eminenti regionali e la volontà del principe e del suo entourage...*». Obviamente manteremos a expectativa, não desvendando o final. Reafirmamos antes tal virtude, muitas vezes ausente em obras

<sup>5</sup> Ob. cit., pág. 112.

<sup>6</sup> Cf. *L'État Moderne: Genèse. Bilans et perspectives*, ed. Jean-Philippe Genet, Paris, CNRS, 1990, indicações bibliográficas e programáticas do final do volume.



desta temática, criando um entusiasmo para se descobrir qual o destino político da região. Este entusiasmo é duplamente maior quanto sabemos estar em presença de um território cujo aumento criou uma série de imprevistos aos seus dirigentes. Comparando com o caso nacional, também aqui o território estava em formação mas o jogo estava à partida ganho para o rei porque era ele que criava as novas redes de influências e poder local à medida que progredia para o Sul.

A obra de Castelnuovo brilha ainda pelo estudo que faz da castelania do Vaud. Após uma descrição geral de todo o território que constitui o principado da Saboia e da Castelania, exemplifica a importância política desta última pelo estudo detalhado de uma delas. Provada fica a importância da articulação entre os exemplos regionais e os de maior amplitude, evitando as limitações de estudos demasiado generalistas e as dos demasiado particulares. Decididamente, um livro a não perder.

Junho de 1996

Vasco Machado Vaz

SÁEZ, Emilio (†) — SÁEZ, Carlos — *Colección diplomática del Monasterio de Celanova 842-1230*, Universidad de Alcalá, 1996, vol. I (842-942) da Colección GALICIA, dirigida por Carlos Sáez.

Se a publicação crítica de um volume de fontes documentais é sempre de saudar, quando nos chega às mãos o primeiro volume de uma anunciada e promissora colecção documental sobre uma região limítrofe de Portugal, como é a Galiza, cuja história tanto tem a ver com a nossa, há, naturalmente, muito maior razão para felicitar — e porquê não agradecer? — os seus organizadores e editores. A isto acresce que este género de trabalhos, que muitos lamentam não poderem aproveitar quando não estão publicados os documentos pretendidos, é, geralmente, mal compreendido por aqueles que, incapazes de o fazerem, não se coíbem de o menosprezar, como, por mais de uma vez, temos observado. Até por isso, aqui deixamos uma palavra de estímulo ao Prof. Carlos Sáez, ao mesmo tempo que lhe manifestamos a nossa expressão de respeito e homenagem por seu querido pai, que foi o primeiro obreiro do volume que agora temos entre mãos.

Antes de nos referirmos brevemente a esta obra, não resistimos a dizer quanto apreciamos este gesto de Carlos Sáez, que, à semelhança do que já fez com a publicação de outros volumes, está a salvar e difundir muito do importante trabalho do seu progenitor, impedido por circunstâncias várias, inclusive de natureza profissional, de levar a bom termo este e outros projectos iniciados, como na introdução deste estudo revela e concretiza com a publicação dos planos apresentados ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas, de que então ele era bolseiro.

É certo que este primeiro volume da colecção documental agora iniciada vem a público seguindo critérios um pouco diferentes dos previstos por D. Emilio Sáez, facto que Carlos Sáez justifica com a exposição das várias normas de transcrição e de edição de textos surgidas ao longo dos últimos cinquenta anos, em algumas das quais também seu pai colaborou activamente, esclarecendo, no entanto, que seguiu as que D. Emilio apresentou, em 1974, à Comissão Internacional de Diplomática, embora corrigidas e actualizadas, de acordo com outras publicadas posteriormente.

A esta introdução, apoiada numa vasta bibliografia, segue-se a publicação de 73 documentos, sendo apenas um estranho ao célebre e conhecido *Tumbo de Celanova*, mais concretamente o n.º 59, recolhido no Arquivo da Catedral de Orense. Como era de

esperar, além de introduzidos por um número de ordem, os textos dos documentos são precedidos pelas datas, pelos sumários e pela tradição documental de cada um deles, onde não faltam as referências às obras em que, eventualmente, tenham sido publicados ou simplesmente referenciados, como é usual.

Na apreciação da forma como são apresentadas as transcrições, temos de reconhecer que Carlos Sáez se viu obrigado a tomar uma posição de compromisso para respeitar o trabalho realizado por seu pai, por exemplo, no respeitante à divisão e numeração das linhas, de acordo com a proposta do ponto 1.7.2 das normas adoptadas.

Apesar disso, pensamos que as notas apresentadas após a menção das obras em que os respectivos documentos foram citados, por vezes extensas, como acontece em relação aos documentos n.º 1 (pp. 57-58), n.º 9 (p. 70), n.º 59 (p. 136), etc., poderiam, com vantagem, ser remetidas para rodapé.

Esta preferência não diminui o mérito do trabalho publicado, restando formular o voto de que os restantes volumes se sucedam a bom ritmo, até para que as pessoas minimamente conscientes do que representa publicar documentos desta natureza evitem o recurso à lamentável publicação do *Tumbo de Celanova*, feita em Santiago de Compostela por José Miguel Andrade Cernadas com a colaboração de Marta Díaz Tie e Francisco Javier Pérez Rodriguez, cujos inúmeros erros de leitura e datação enunciou, parcialmente, o Prof. José Ignacio Fernandez de Viana y Vieites nos *Quadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas*, Universidade de Granada, n.º 20, 1995, pp. 302-310.

*Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994)*, Coordenado por Maria Helena Coelho, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — Instituto Camões, 1995, 755 p.

A obra que, em jeito de apresentação, nos propomos recensar, ao oferecer uma informação tão vasta sobre a produção historiográfica portuguesa nas últimas duas décadas — 1974-1994 — prestou um relevante serviço à Cultura Portuguesa e aos 651 autores, que, em conjunto, publicaram 12023 títulos aqui registados, capital de investigação e cultura que não pode ser ignorado pela comunidade científica nem pelos responsáveis pelo mundo da Cultura. Mesmo que se admita a eventual existência de algumas omissões, plenamente justificáveis em obras desta natureza, temos a certeza da grande importância e utilidade da vasta informação, assim, posta ao alcance dos interessados.

Um *Repertório* como este, merece o nosso incondicional aplauso, porque, além de pôr em relevo a vitalidade da investigação histórica e da historiografia portuguesas, que, não obstante a perturbação, aqui e além sentida, durante o período a que se refere, passaram, em boa parte por uma significativa remoção, permite agora aferir as preferências temáticas dos autores, as áreas privilegiadas nos diversos centros de investigação, os interesses individuais, patentes nas respectivas bibliografias activas, o que ajudará a corrigir ou mesmo a desfazer certas ideias apriorísticas vigentes em determinados meios quanto à investigação histórica e em ciências com incidência histórica.

Uma obra como esta é, essencialmente para ser consultada, podendo, por isso, dispersar-se as referências à metodologia adoptada ou outros aspectos em que o público poderá não estar interessado; mas já gostará de saber que o conteúdo distribuído pelas suas 755 páginas define duas partes, desiguais em extensão, mas complementares no

serviço que prestam a quanto desejarem utilizar este denso volume. Sem entrarmos em pormenores, bastará adiantar que, após uma breve apresentação de quatro páginas, em numeração romana, deparamos com 668 páginas integralmente dedicadas a registar as referências bibliográficas dos 651 autores inventariados e dispostos por ordem alfabética, 80 páginas de índices de assuntos, que se não foram levados à exaustão, aliás desnecessária, são utilíssimos para quem deles se quiser aproveitar, especialmente professores e estudantes, que aí encontrarão uma primeira resposta substancial à suas buscas de bibliografia.

Este *Repertório* terá, ainda, uma função relevante na divulgação da produção historiográfica portuguesa, nas décadas em causa, não só dentro das nossas fronteiras, mas também e sobretudo no estrangeiro, em particular em Espanha, no Brasil e, eventualmente, na Itália.

Por tudo isto, estão de parabéns a Comissão Científica Supervisora, a Faculdade de Letras de Coimbra, que o editou e o Instituto Camões, que, tendo percebido o alcance do projecto para a difusão de nossa História e Cultura, o patrocinou

J. Marques

NUNES, Henrique Barreto — *Da biblioteca ao leitor. Estudos sobre a leitura pública em Portugal*, Braga, Autores de Braga, 1996, 303 p.

O livro que temos o prazer de apresentar pode definir-se como obra de um profissional que não se acomodou. Para quem não conhecer Henrique Barreto Nunes, isto poderá dizer pouco; para nós e para muitos outros diz tudo, porque como Director da Biblioteca Pública de Braga (U.M.), não se limitou a gerir a Instituição que está confiada, mas, consciente da função cultural das bibliotecas no quadro do projecto da Rede de Leitura Pública, foi, nos últimos dez anos, um dos seus mais perseverantes e eficazes arautos, não só através de comunicações apresentadas em colóquios e congressos da especialidade, na comunicação social, participação em grupos de trabalhos e da docência nos Cursos de Especialização em Ciências Documentais, função que não é de somenos importância, dado o seu indiscutível efeito multiplicador.

Como o próprio autor afirma, este livro corporiza o resultado deste labor discreto e persistente, desenvolvido ao longo de uma década, em que os princípios teóricos e a experiência se uniram para que surgisse uma obra atraente e útil, que, progressivamente, conduz o leitor, desde a abertura da «primeira biblioteca pública portuguesa» — a livraria real, em 1796 — através do itinerário cronológico do aparecimento das diversas bibliotecas, até à problemática do projecto de Desenvolvimento da Rede de Leitura Pública, legalmente institucionalizado, com os indispensáveis desenvolvimentos, merecendo alusão particular o Projecto Bibliopolis.

Pensamos que não é necessário referir individualmente todos os estudos elaborados sobre os problemas das bibliotecas públicas e municipais, integradas ou não na Rede de Leitura Pública, mas gostaríamos de observar que o seu olhar se estendeu para além do Rio Minho, que tão caro lhe é, traçando *Algumas sugestões para a cooperação entre as Bibliotecas Públicas da Galiza e do Norte de Portugal*, apresentadas no «Primer Seminario Hispano-Luso Sobre La Biblioteca Pública», de que saiu um conjunto de recomendações oportunas sobre o assunto.

Neste volume, Henrique Barreto Nunes reuniu também diversos textos, elaborados

em circunstâncias e com objectivos muito diferentes, mas todos unidos com a sua actividade profissional, transmitindo uma maior variedade informativa.

Por tudo isto, felicitamos o Autor, na certeza de que produziu obra válida não só na difusão de conhecimentos e experiências, mas também na divulgação fundamentada da Rede de Leitura Pública, obra, cuja leitura será muito útil a quantos se interessam por estes assuntos, especialmente, aos seus alunos.

J. Marques

*Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve: 1517-1518.* Suplemento da Revista al-'ulyã, Câmara Municipal de Loulé, nº 5, 1996.

A Câmara Municipal de Loulé, ao publicar, através do programa editorial prosseguido pelo seu Arquivo Histórico, a obra referida em epígrafe, coordenada por Manuel Pedro Serra, acaba de prestar mais um excelente serviço à Cultura e à História, concretizadas, de modo particular, na história local ou, se preferirmos, regional algarvia, do primeiro quartel do século XVI. E não se pense que há qualquer exagero da nossa parte ao fazer esta afirmação, pois até os mais distraídos sabem que a história do Algarve está intimamente ligada à Ordem de Santiago, desde o momento da reconquista, na campanha militar de 1249-1250, durante a qual, D. Paio Peres Correia e a Ordem a que presidia, na qualidade de Mestre, tiveram uma acção determinante, na concretização desse projecto.

A obra que temos entre mãos é essencialmente contituída pela publicação quase integral das *actas* da visita feita às igrejas, capelas, hospitais e outras instituições pertencentes à Ordem ou dela dependentes, possivelmente entre finais de Novembro ou início de Dezembro de 1517 até 11 de Fevereiro de 1518, pelo chanceler da Ordem e comendador de Mongelas e Roliça, o licenciado Francisco Barradas, acompanhado pelo deão Mendo Afonso, prior de Santa Maria de Setúbal, e pelo escrivão Diogo Coelho. O texto das *actas*, que é, sem dúvida, a parte mais importante da obra, é precedido por uma breve introdução e seguido de um glossário e do índice geral.

Esta visita precede imediatamente as *Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento algarvio*, transcritas por Hugo Cavaco e publicadas em Vila Real de Sto. António, em 1987, que cobrem o período de 1518 a 1566, que bem poderiam ter sido referidas na introdução, até para acentuar o valor das que agora estamos a apresentar. Conhecemos as *Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento algarvio*, que muito úteis nos foram, na elaboração do estudo *O culto de S. Tiago em Portugal e antigo Ultramar Português*, integrado numa publicação conjunta da Xunta de Galícia e do Centro Regional de Artes Tradicionais, em 1995. Se, ao tempo, já estivesse acessível esta de 1517-1518, teria sido possível ampliar o leque de informação fornecida.

Pensamos que esta breve alusão a uma edição similar, aparecida há dez anos, poderá servir bem para chamar a atenção para a importância de fontes desta natureza, que, além de comprovarem a solicitude dos responsáveis de Ordem pelo cumprimento de disposições estatutárias, ajudam a conhecer o estado da Ordem, através da descrição das igrejas, ermidas, hospitais, etc. revelando, ao mesmo tempo, a sua situação material, mas também no plano espiritual, acentuando a preocupação renovadora patente nas determinações feitas para cada uma das instituições visitadas, seja quanto à conservação das igrejas e ermidas, bem como de outros edifícios, alfaias, livros, objectos do culto, sem esquecermos a gestão do património e respectivas rendas, seja quantos à vida litúrgica e espiritual, que não está ausente destas *actas*.

Há, contudo, um aspecto que desejamos salientar. Referimo-nos aos minuciosos inventários feitos por ocasião da visita ou, se já existiam, agora incorporados nos textos das visitas das igrejas e ermidas a que diziam respeito, valendo a pena chamar a atenção para os inventários das pratas, paramentos e outros ornamentos, merecendo referência especial os dos livros litúrgicos, ainda geralmente manuscritos, sendo abundantes os que eram em pergaminho. Os livros litúrgicos impressos começavam também a aparecer, como consta da visitação à ermida de Santa Catarina, onde se encontra, ao como da fl. 157v (p. 99 da *Visitação...*), esta informação: «*Item, Hum misall de camara e hum breviairo do mesmo theor de forma, do costume de Sevilha, e hum ofiçiall misall de cimquo cordas, porquamto nom tem misall, nem breviairo, nem ofiçiall, senam muito velhos, e caducos, que já nom sam pera servir*».

É possível que a quase totalidade desses códices pergaminaços se tenha perdido, mas a notícia da sua existência, devidamente inventariados, se por um lado permite imaginar o grave prejuízo cultural e material que a incúria dos homens causou as entidades suas detentoras, por outro lado deixa-nos o exemplo de um inventariação possível e obrigatória, então como hoje, absolutamente necessária para a preservação do património da Igreja.

Além de tudo o mais que aqui deixamos esboçado, felicitamos a Câmara e o Arquivo Histórico Municipal de Loulé pela publicação desta importante fonte histórica, que é também um bom exemplo de solicitude pela conservação do património material, artístico e cultural.

J. Marques

«IACOBVS» — *Revista de Estudos Jacobeos y Medievales*, 1, Sahagún (León)  
— Junio 1996. Centro de Estudios del Camino de Santiago.

Quem acompanhou com alguma atenção o dinamismo com que foi preparado e celebrado o Ano Santo compostelano, de 1993, não pode deixar de observar que, a par da intensificação das peregrinações ao túmulo do Apóstolo S. Tiago, em Compostela, os responsáveis preocuparam-se também com a difusão científica e cultural em torno do culto e dos caminhos jacobeos.

O capital de experiência então acumulado está já a render no entusiasmo com que muitos e diversificados grupos ligados ao culto de S. Tiago e à revitalização dos caminhos e da peregrinação, feita com o mais genuíno sentido espiritual que a deve informar, estão a preparar o próximo jubileu de 1999. E acentuamos o aspecto da espiritualidade jacobea, porque percorrer os caminhos de S. Tiago sem ser a esta luz, poderá ser um bom exercício físico, constituir uma excelente experiência turística e um enriquecimento cultural muito grande, mas peregrinação não é.

De entre muitas dessas iniciativas em curso, aprez-nos salientar a publicação da revista semestral aqui epigrafada, que se propõe «servir a la gran causa de lo jacobeo», no domínio da língua, literatura, história, arte e de quaisquer outros aspectos da Cultura Medieval, objectivo patente neste primeiro número, em que predomina a colaboração de docentes do Departamento de Latim da Universidade de Valladolid. Para que os leitores possam vislumbrar a nova forma de servir o ideal jacobeu, numa perspectiva científica, permitimo-nos mencionar aqui os nomes de alguns destes colaboradores e os títulos dos seus artigos. Assim, José M.<sup>a</sup> Anguita Jaén participa com dois estudos: *Ensayo de interpretación de algunos términos inexplicados de Liber Sancti Iacobi (Codex Calixtinus): “cinnatores”, “trebuchetum”, “marsicias”, etc.* e *La concha*

*jacobeae* (“vieira”) em *el Liber Sancti Iacobi*” (*Codex Calixtinus*); M. Isabel González Lozano disserta sobre *Consideraciones sobre la antroponomástica de la colección diplomática de la abadía de Sahagún en los siglos IX-X*, enquanto, por sua vez, Ricardo Martínez Ortega, da Universidade de La Laguna, apresenta *El principio de enumeración por grupos: un método para la localización de topónimos medievales*, temas de que não poderemos oferecer as respectivas sínteses, por falta de tempo e de espaço.

De interesse é também a secção agora inaugurada, dedicada à «literatura odepórica», que se propõe divulgar as passagens mais importantes dos numerosos relatos de peregrinações, redigidos ao longo dos séculos da peregrinação jacobea, que poderá constituir a única forma de, em muitos casos, termos acesso a descrições do maior interesse.

O mais curioso nesta publicação, que se anuncia como periódica, é que o primeiro artigo, descreve, em latim escorrito, um acidente de viação sofrido pelo autor, Prof. Millan Bravo Lozano, da Universidade de Valladolid, que, felizmente, saiu ileso, bem como os familiares que o acompanhavam.

Para o autor do relato e protagonista deste grave acidente, o êxito feliz com que o mesmo se resolveu só pode explicar-se pela intervenção protectora do Apóstolo S. Tiago, embora reconheça que tal explicação «*puede resultar extraño al talante de increencia de una tendencia de la cultura de nuestros días*». Não obstante o que outros possam pensar, o autor, numa atitude de gratidão, não hesitou ver aí mais que uma graça um «milagre» de S. Tiago, acrescentando-o aos vinte e dois constantes do *Codex Calixtinus*, com o número vinte e três. Foi por isso que abriu o relato como se de um novo milagre registado no famoso códice compostelano se tratasse:

#### «CAPITULUM XXIII

**Miraculum Sancti Iacobi, a magistro quodam latinitatis, pintiano, conscriptum**», que, em vernáculo, corresponde a: «*CAPÍTULO XXIII. Milagre de S. Tiago, descrito por um professor de latim, de Valladolid*».

Também nós não queremos antecipar-nos ao juízo da Igreja, que nem foi chamada a pronunciar-se, segundo cremos, mas, porque não abundam os leitores aptos a seguir a descrição na própria língua de Cícero, vamos sintetizar, em linhas gerais, o seu conteúdo.

— Que se passou, então?

— Encontrando-se o autor gravemente doente, em Fevereiro de 1996, foi ao hospital de Pamplona, onde foi operado com êxito. Tendo recuperado rapidamente, logo quis regressar a casa, acompanhado da esposa e de uma irmã, não obstante as dificuldades do caminho, decorrentes de uma forte nevada, que não parava de cair. Depois de várias peripécias de viagem, quando estavam a uns trinta e seis quilómetros de Burgos, o carro despistou-se e capotou diversas vezes, encontrando-se no final os ocupantes ilesos. Ao mesmo tempo, ouviram dentro do carro uma voz que lhes perguntava: — Que aconteceu? Como estais? Tendes algum ferimento? Com grande alegria verificaram que não haviam sofrido nada e atribuíram a graça à protecção da Senhora do Caminho e ao Apóstolo S. Tiago, de que eram devotos, tanto mais que o autor até havia fundado um Centro de Estudos do Caminho de Santiago e publicado diversas obras de conteúdo jacobeu.

À semelhança do que acontece com os ditos milagres de S. Tiago, o autor encerrou este também com a seguinte proclamação: — “*A domino factum est istud, et est mirabile in oculis nostris. Regi ergo suppremo sit decus et gloria in secula seculorum. Amen*».

Um dos aspectos mais salientes destes textos latinos foi a necessidade de introduzir certas palavras e expressões para traduzir realidades actuais.

Resta desejar a esta «Revista» muitos anos de vida para concretizar o programa com que agora se apresenta ao público culto e interessado na temática jacobea.

*J. Marques*

GONÇALVES, Iria — *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, 266 p.

Nesta obra, a autora, a cujo rigor de investigação, há muito, nos habituámos, situa-nos no plano da abstracção ou da conceptualização sobre a cidade medieval, no termo de uma digressão através das cidades de Lisboa, Porto e Funchal e do centro urbano algarvio de Loulé. Trata-se de uma temática que tem merecido a atenção de Iria Gonçalves, em articulação com o campo, outro dos grandes temas da sua predilecção.

O volume que brevemente pretendemos apresentar reúne onze estudos, elaborados em momentos e com objectivos diferentes, coerentemente enquadrados pelo sugestivo título em epígrafe. Como decorre do que acabamos de afirmar, não se trata de uma obra subordinada à intencionalidade de uma lógica interna inicialmente definida, mas antes encontrada na persistente coerência da investigação realizada.

Na impossibilidade de nos determos sobre cada um dos estudos aqui apresentados, parece-nos oportuno observar que a primeira metade deste volume é integrada por trabalhos consagrados à cidade de Lisboa, com relevo para a análise de aspectos económicos e sociais emergentes do conhecimento pormenorizado do património régio, que, além de ajudar a clarificar o urbanismo da Capital, no século XV, permite apurar a distribuição da propriedade régia, bem como os rendimentos provenientes das casas, o rendimento médio individual nas mesmas, nas diversas ruas, onde este património se encontrava, sem esquecermos a distribuição do valor dos foros das casas pertencentes à Coroa, etc. Este estudo é um bom exemplo de história quantitativa para a Idade Média, de que a autora foi tirando as necessárias ilações, à medida que o estudo se desenvolvia. Em estudos desta natureza é fácil haver uma certa oscilação, decorrente das vicissitudes documentais ou mesmo históricas. Para o caso de Lisboa e no período em estudo, não deveremos perder de vista o número de casas do património régio, cujos foros revertiam a favor do arcebispo de Braga, de acordo com as cláusulas do contrato de transferência da jurisdição cível e crime da cidade para a Coroa, em 1402, actualizado por D. Duarte, em 1436.

Mas a autora preocupou-se também com a vida social, que tinha a rua por palco, e com muitos outros aspectos de carácter social, que a vereação municipal sentiu e teve necessidade de regulamentar, merecendo-lhe especial atenção «a defesa do consumidor», desde a possibilidade de abastecimento com produtos de qualidade, o preço justo, o emprego de pesos certos e medidas exactas, etc.

Em relação ao Porto, Iria Gonçalves começou por definir a área de influência da cidade sobre o meio rural, seja no âmbito comercial, seja da sedução que exercia sobre as populações circunvizinhas, dando origem a que muitos a procurassem para aí se fixarem, fazendo passar diante dos nossos olhos toda a animação e dinamismo inerentes aos preparativos e à celebração da festa do «Corpus Christi», em que participava a cidade e o concelho. Era, verdadeiramente, a grande festa da cidade, em que todos se empenhavam, desde o povo anónimo à vereação, que no fim tinha a sua refeição comum.

De Loulé, onde nos põe em contacto com o património de um conjunto de jovens recém-casados e com as despesas da Câmara Municipal em meados do século XV, conduz-nos até ao Funchal, para aí nos desvendar as vicissitudes do projecto de construção da respectiva muralha, com que D. João II queria proteger a cidade, mostrando-se os moradores pouco receptivos, pelos encargos e despesas que tal obra lhes acarretaria.

O volume fecha com um estudo sobre a interrelação, a diversos níveis, do campo com a cidade, que, se ilumina o quotidiano do camponês, ajuda também a compreender a vida na cidade, na segunda metade da centúria de *Trezentos*.

Embora constituído por estudos relativos a diversas cidades do Reino, este volume, a par da abundância de informações e novidades históricas, proporciona uma leitura agradável, que muito contribui para estendermos o nosso olhar sobre diversas cidades e centros urbanos portugueses, abstraindo daí elementos susceptíveis de nos ajudarem a compreender melhor a cidade medieval.

J. Marques

*La ciudad Medieval. Aspectos de la vida urbana em castilla Bajomedieval.* Juan Antonio Bonachia Hernando (coordenador), Universidade de Valladolid, 1996, 317 p.

Este volume sobre a história da cidade medieval apresenta-se como o resultado do projecto "*Las instituciones concejiles de Castilla y León en la Baja Edad Media: servicios, abastecimientos y mentalidades*", que pretendia aprofundar o conhecimento das cidades medievais castelhanas, através do contributo das várias colaborações nele integradas.

Constituída por nove capítulos, correspondentes a outros tanto autores, esta obra é apresentada por Juan A. Bonachia, que traça a evolução dos estudos sobre a cidade medieval, desde os finais do século XX até aos nossos dias, chamando também a atenção para a renovação metodológica, à luz da concepção de que *«la ciudad no es una isla no feudal en un mar feudal»*.

Sem querer privilegiar nenhuma das excelentes colaborações, convirá observar a importância de algumas ideias expressas na *proposta metodológica* de Beatriz Arizaga Bolumburu, que regista a viragem operada na fúria demolidora que atravessou, de forma generalizada, as cidades que ainda conservavam muito da sua feição medieval, passando a privilegiar-se a salvaguarda do que ainda subsistia. É que a cidade começou a ser considerada como *documento histórico*, que deve beneficiar de protecção particular.

Além desta primeira intervenção de natureza histórica e metodológica, nas primeiras colaborações, presta-se mais atenção aos espaços, a algum caso de urbanismo, mais concretamente ao da vila de Cuéllar, no vale do Douro, e às interrelações entre o espaço urbano e as actividades artesanais, tema desenvolvido por António Collantes de Terán Sanchez, que tinha bem presente o que se passava em Sevilla.

Neste conjunto de estudos, afloram também temas de ordem cultural, como consta do estudo de Daniel Baloup, que se ocupou da questão do *«livre arbítrio»* na pregação de S. Vicente de Ferrer, através das cidades e vilas de Castela, no século XV, podendo considerar-se de vários pontos de vista, entre eles, o social, o da moralidade e da mentalidade e o que aborda a prostituição em Valladolid, nos séculos XV e XVI. Não obstante as justificações que se possam aduzir, situações como esta última mesmo



controlada pelas autoridades municipais, quando não por algum clérigo ou mesmo por alguma confraria, não deixava de constituir uma chaga no rosto da cidade.

A preocupação de honrar e enobrecer a cidade — neste caso a da Burgos —, com tudo o que isso implicava, foi o tema desenvolvido por Juan Bonachia, que encontra na exibição pública de certos sinais — título, bandeira, brasão ou escudo, etc. — não só formas de exteriorizar a honra e nobreza das cidades, mas também elementos constitutivos desses dois atributos. A seguir, o autor, passa em revista um conjunto de factores, que traduzem e afirmam a honra e nobreza das cidades, por exemplo, o lugar em que os seus representantes tinham assento em Cortes e muitos outros.

Por sua vez, M.<sup>a</sup> Isabel de Val Valdivieso incumbiu-se do estudo das cidades castelhanas sob o ângulo da conflitividade ou tensões sociais, ocorridas nas diversas cidades castelanas, procedendo a uma análise e interpretação da revolta dos vizinhos não privilegiados, apreciando depois os protagonistas e as suas aspirações, e, finalmente, as tensões desencadeadas entre a oligarquia e os não privilegiados, procurando captar também o sentido social destas lutas urbanas pelo poder.

Por fim, J. C. Martín Cea, ocupa-se dos *poderes públicos e socialibilidade local na Vila de Paredes de Nava, no século XV*, estudo que introduz com uma apreciação crítica das diversas tendências da historiografia contemporânea, cujos limites para não dizermos falência, vai assinalando.

À maneira de síntese, podemos dizer que estamos perante um livro inovador, que, apesar da sua densidade se lê com agrado, mas que obriga a reflectir.

J. Marques

1545-1995. *Comemorações Jubilares dos 450 Anos da Diocese de Bragança-Miranda. Ourivesaria sacra; Arte sacra; Paramentaria religiosa; Imagens e escultura*, Bragança, 1996.

Em 1995, a Diocese de Bragança comemorou solenemente o 450.º aniversário da criação da Diocese de Miranda, pela bula *Pro Excellentí Apostollice*, de Paulo III, datada de 1545, passando, em 1881, a designar-se de Bragança-Miranda. Do vasto programa das comemorações da efeméride apraz-nos salientar o Congresso Histórico, realizado em Outubro de 1996, e uma grande e bem organizada Exposição de Arte Sacra. Aguarda-se a publicação das *Actas* do Congresso, mas os quatro fascículos do *Catálogo*, acima epigrafados, correspondentes às quatro secções da Exposição, que temos o gosto de apresentar, foram, oportunamente, publicados, em 1996.

Este *Catálogo*, primorosamente executado, além da função exercida durante a Exposição, é ele próprio uma obra de arte e um documento da maior importância no âmbito da defesa e divulgação do património artístico da Diocese de Bragança e, ao mesmo tempo, da Igreja em Portugal, pelo que estão de parabéns não só os seu organizadores, mas também toda a Diocese.

Obras destas ficam sempre a dever-se ao esforço conjugado de vários intervenientes, em sintonia com um coordenador, que neste caso foi José Manuel Pereira Ribeiro Gomes, que escreveu os textos básicos, indispensáveis, de cada um dos fascículos, de acordo com a temática das secções a que se destinavam. Assim, para o fascículo n.º 1, dedicado à ourivesaria sacra, subordinou o texto introdutório ao título *Património e Liturgia*, em que pôs em relevo a especificidade da Arte Sacra, «*que nunca se poderá confundir com realizações civis. Utilizando os mesmo princípios estéticos*

*nunca se poderá confundir um copo com um cálice*». António Rodrigues Mourinho (Jr.) elaborou uma *Nota de Abertura*, que precede o catálogo, organizado segundo três grandes temas: cálices e custódias, cruzes processionais e cruzes das almas, e navetas e turíbulos. O n.º 2 reservado à *Arte Sacra*, abre com o estudo do mesmo Coordenador, que centrou a exposição n' *O Culto dos Santos — História, espiritualidade e estética*, sendo a *Nota introdutória* de Iva João Botelho. O n.º 3 — *Paramentaria religiosa* — além do estudo de José Ribeiro Gomes sobre *As vestes litúrgicas — Os paramentos*, apresenta outro de Belarmino Afonso sobre *A indústria sericícola no Distrito de Bragança — séc. XVIII e XIX*. O fascículo n.º 4 — *Imagens e escultura* — começa com um texto do Coordenador, em colaboração com Iva Teles Ribeiro, assim intitulado: *Concluindo: Restaurar ou conservar?*, em que denuncia algumas causas da delapidação do património artístico da Igreja, mensagem válida para quantos se preocupam com esta problemática da maior actualidade.

As Comemorações terminaram, mas as *Actas do Congresso* e o *Catálogo da Exposição* ficarão como testemunhos da grandeza e da qualidade com que foi celebrada a efeméride. O interesse pelo património sacro e a consciência da necessidade da sua defesa e conservação começou a despertar, na comunidade diocesana, como um dos frutos imediatos desta importante iniciativa e realização cultural.

Pela nossa parte, reiterando a quantos estiveram envolvidos nesta iniciativa os nossos parabéns, associamo-nos também ao voto de que o movimento de defesa e valorização do património artístico diocesano, agora posto em marcha, prossiga sem desfalecimento.

J. Marques

*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, S.P.A.E., vol. 36, 1996, 225 p.

Desconhecemos se alguém tomou a iniciativa de proceder ao balanço da dimensão editorial atingida, na sua globalidade, pelas publicações feitas no âmbito das várias Faculdades da Universidade do Porto e de outras instituições, de algum modo, a ela ligadas. Por vezes, talvez nem se conheça bem o que, neste sector, se passa em cada uma das unidades orgânicas, relativamente, autónomas. Daí que também não haja circulação de informação entre as publicações desta Universidade, que é uma das maiores de Portugal.

Vem isto a propósito do dinamismo editorial revelado pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da Faculdade de Ciências do Porto, que, além de entre 1993 e 1995, ter publicado sete grossos volumes de *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, continua a apresentar regularmente o seu «boletim», se assim nos podemos exprimir, cujo n.º 36 temos entre mãos.

Embora não possamos referir-nos à totalidade dos seus artigos, parece-nos oportuno registar algumas impressões sobre este volume, começando por afirmar, na qualidade de leitor que não é da especialidade, que é nítido o convívio de duas partes: a primeira, mais do domínio da Antropologia, e a segunda, especialmente voltada para a Pré-História e a Arqueologia.

Do conteúdo da primeira parte, interessou-nos o artigo em que Paulo Castro Seixas faz o ponto da encruzilhada em que se encontram as correntes antropológicas, face à Antropologia Pós-Moderna, situação claramente expressa no quadro II da página 13, que, em nosso entender, não pode deixar de preocupar os profissionais desta ciência,

que assim vêm abalados não só os fundamentos teóricos e metodológicos, mas também o objecto da própria disciplina a que se dedicam.

Por este texto não conseguimos saber qual é a preferência do autor, mas, depois de lermos a síntese da «crítica da legitimação etnográfica» (1) e a «crítica da representação etnográfica» (2), compreendemos que há uma diferença profunda entre uma Antropologia resultante do trabalho de campo e a que se apoia «na interpretação das representações do Outro» e o que significa «Antropologia do conhecimento antropológico em que se procura analisar o lugar da produção e consumo da representação antropológica do Outro».

O autor do artigo não tomou posição. Também nós, que não somos da especialidade, não cometeremos a ousadia de nos pronunciarmos. Limitar-nos-emos a anotar que também nos domínios da História se passa algo de semelhante, não sendo difícil estabelecer um certo paralelismo entre os antropólogos que fazem trabalho de campo e nele fundamentam a sua autoridade com os historiadores preocupados em fundamentar os seus estudos em bases documentais sólidas, e os antropólogos partidários da «Antropologia do conhecimento antropológico...» e os historiadores mais atreitos às conceptualizações, que rapidamente podem evoluir.

Em qualquer dos casos, aqui está um bom tema de reflexão.

Ainda na primeira parte deste volume, aparece o texto de uma conferência de Raúl Iturra, intitulada *Yo soy hombre y mando: Tu eres mujer y callas. La inferioridad de la mujer es socialmente construida en la infancia*. Depois de desenvolver os diversos pontos da sua conferência, passou à conclusão, dentro de um notório equilíbrio, em que depois de afirmar que «la afectividad debe acompañar a la razón, para que no sea por modelos que nos orientemos» e que é necessário «salir del modelo». Mas, para nós, o melhor da sua conclusão reside na sua vivência pessoal, no ambiente familiar e social. Com o pai, que abria sempre a porta do carro à mãe, aprendeu e continua a fazê-lo aos outros, homens ou mulheres, não se sentindo ofendido quando, na década de 70, algumas mulheres reagiam a tal prova de gentileza ou ainda agora o consideram formalista. Mas, o melhor é ler as suas próprias palavras, para cada um tirar a conclusão que entender: — «Es lo que me ha enseñado luchar para que mis hijas no sean subordinadas de sus hombres, cuando los tengan, ni los manden, para que entendamos que *la construcción social del comportamiento masculino/femenino es intercambiable si sabemos ser gentiles*. (Sublinhado nosso). A la mujer le hace falta seres humanos que entiendan sus afectos y respondan con ternura. Excepto si son mujeres fáticas por desespero de un hombre en casa que sea su igual. Las pequeñas no lo entienden y acabán por ser subordinadas al hombre. Hay que estudiar como enseñarles el contexto del comportamiento que resulta de nuestro pensamiento analógico, para que seamos amantes dialécticos». (O.c., p. 70).

Na segunda parte deste volume, como dissemos, directa ou indirectamente, domina a Arqueologia, a começar pela apresentação das *Notas sobre o Programa de Desenvolvimento integrado do Vale do Côa*, elucidativo subtítulo do artigo *Regreso ao Vale do Côa*, da autoria de Monteiro Pinho, a que se segue um trabalho em co-autoria de Vítor Oliveira Jorge e de Susana Oliveira Jorge, intitulado *Arqueologia portuguesa no séc. XX: alguns tópicos para um balanço*, em cuja segunda parte analisam as quatro grandes fases que detectam na Arqueologia portuguesa, remontando a primeira aos meados do século XIX. Estudos desta natureza, sobretudo tratando-se de balanços, são muitos úteis. Já os possuímos para a Paleografia e para a Diplomática. Porque de balanço se trata, à semelhança destes dois últimos, talvez houvesse vantagem em ampliar a menção de trabalhos e autores, o que permitiria aos leitores acompanhar com algum pormenor o balanço que lhes é apresentado.

Para além de um artigo de Susana Oliveira Jorge sobre *Regional diversity in the Iberian Bronze Age. On the visibility and opacity of the archaeological record* e de outro de A.B. Vieira subordinado ao título *Mythe et magie dans l'Art Parietal: La logique de la caverne*, Vítor Oliveira Jorge e Susana Oliveira Jorge, no estudo *Women in portuguese Archeology*, documentam o crescente número de mulheres que se dedicam à Arqueologia em Portugal, tomando como indicadores os números e percentagens de mulheres que participaram em congressos e colóquios da especialidade com apresentação de comunicações, as que ascenderam à docência, fizeram mestrado ou doutoramento, publicaram sobre algum tema de Arqueologia, etc.

O elenco de temas a que nos referimos justifica a referência inicial às duas partes formalmente distintas, embora correlacionadas, deste artigo.

J. Marques

## FICHEIRO DE ENTRADAS

- ABRENTE: revista de la Real Academia Gallega — n.º 26 (1994)  
 ACTA HISTORICA ET ARCHAEOLOGICA MEDIAEVALIA — n.º 16/17 (1995/  
 /1996)  
 AFRICANA — n.º especial 4 (1996); n.º 16 (1996)  
 AL-ULYÁ: revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé — n.º 4 (1995)  
 ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE ALICANTE: História Medieval — n.º 10 (1994/  
 /1995)  
 ATRIUM — ano 10, n.º 20 (1996)  
 BEIRA ALTA — vol. 55, n.º 1/2 (1996); vol. 55, n.º 3/4 (1996)  
 BOLETIM DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO — ano 4, n.º 10  
 (1996); ano 4, n.º 11 (1996)  
 BRIGANTIA: revista de cultura — vol. 16, n.º 1/2 (1996)  
 CUADERNOS DE HISTORIA CONTEMPORANEA — n.º 18 (1996)  
 CUADERNOS DE HISTORIA MODERNA — n.º 16 (1995)  
 CUADERNOS DEL SUR: História — n.º 25 (1995)  
 DIDASKALIA — vol. 25, n.º 1/2 (1995); vol. 26, n.º 1 (1996); vol. 26, n.º 2 (1996)  
 EN LA ESPAÑA MEDIEVAL — n.º 18 (1995)  
 FAVENTIA — n.º 17/1 (1995); n.º 17/2 (1995); n.º 18/1 (1996); n.º 18/2 (1996)  
 FONTES E ESTUDOS — n.º 2 (1995)  
 HISTORIA, INSTITUCIONES, DOCUMENTOS — n.º 22 (1995)  
 HUMANÍSTICA E TEOLOGIA — vol. 16, n.º 3 (1995); vol. 17, n.º 1/2 (1996);  
 vol. 17, n.º 3 (1996)  
 IACOBUS — n.º 1 (1996)  
 JERÓNIMO ZURITA: revista de História — n.º 69/70 (1994)  
 LUSÍADA: série de História — n.º 4 (1995)  
 MÉMOIRES DE LA SOCIÉTÉ ARCHÉOLOGIQUE DU MIDI DE LA FRANCE —  
 vol. 56 (1996)  
 MICROLOGUS: natura, scienze e società medievali — n.º 3 (1995)  
 MÍNIA — 3.ª série, n.º 3 (1995)  
 MONUMENTOS — n.º 4 (1996); n.º 5 (1996)  
 EL MUSEO DE PONTEVEDRA — vol. 46 (1992)  
 NUOVA RIVISTA STORICA — ano 80, n.º 1 (1996)  
 OBRADOIRO DE HISTORIA MODERNA — vol. 5 (1996)  
 PERFICIT - vol. 20, n.º 1 (1996); vol. 20, n.º 2 (1996)  
 REVISTA AGUSTINIANA — vol. 37, n.º 112 (1996); vol. 37, n.º 113 (1996); vol. 37,  
 n.º 114 (1996)  
 REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS — n.º 8 (1995)  
 REVISTA DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS — vol. 10 (1995)  
 REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS — vol. 9, n.º 13 (1993); vol. 10, n.º 14 (1993);  
 vol. 11, n.º 15 (1994)  
 REVISTA DE ESTUDIOS EXTREMENOS — vol. 52, n.º 1 (1996)  
 REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA — vol. 30 (1995)  
 SIGNO: revista de historia de la cultura escrita — n.º 2 (1995); n.º 3 (1996)  
 UL-VÁRIA: arquivo de estudos regionais — vol. 1, n.º 1/2 (1994); vol. 2, n.º 1/2 (1995)

